

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

NÚBIA DE JESUS SOUSA OLIVEIRA

**O ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -
“UMA VISÃO DOS ALUNOS”**

Porto, 2018

Universidade Fernando Pessoa

NÚBIA DE JESUS SOUSA OLIVEIRA

**O ABANDONO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -
“UMA VISÃO DOS ALUNOS”**

Dissertação apresentada a Universidade Fernando Pessoa,
como requisito para a obtenção do grau de Mestre em
Docência e Gestão da Educação, ramo administração
Escolar e administração educacional sob orientação da
Professora Doutora Fátima Paiva Coelho.

Assinatura: _____.

Porto, 2018

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser escudo e fortaleza em minha vida, por sempre me fortalecer e fornecer sabedoria nos momentos de provações, e, por iluminar todos os meus caminhos, pela proteção, bênçãos e aprendizado, que me fazem uma pessoa melhor, um ser humano mais atento as verdadeiras prioridades da vida, e, feliz pela fé.

A meus pais, por me incentivarem rumo as minhas conquistas, por me mostrarem o caminho do bem como o único a iluminar a estrada da vida, por toda condução moral que me fortaleceram para enfrentar os percalços da vida, e, por todo amor que me aqueceu meu coração em todos os momentos, nos dias bons de glória, e, nos dias de luta.

Ao meu esposo, pela compreensão e companheirismo alicerce de nossa união, por sempre acreditar nos sonhos, mas principalmente, por segurar firme e carinhosamente em minhas mãos para que eu os realizasse.

Aos meus filhos, fonte de minha força e inspiração na busca de dias melhores e felizes, minhas fontes inesgotáveis de alegria e motivação, meus orgulhos e talismãs, meus amores, meus bens mais valiosos, a quem devo tudo no que lutei para ser e ter.

A minha orientadora, por toda sua paciência e generosidade em compartilhar de seus conhecimentos, e, por me direcionar no caminho mais seguro do saber: a pesquisa e o estudo.

A minha família, principalmente aos que sempre acreditarem e me incentivaram a lutar pelos meus sonhos, mesmo mediante as pedras do caminho.

Aos meus amigos que compartilharam desses anos inesquecíveis, de mais uma trajetória importante de minha vida, com incentivos e conversas que me alimentaram minha vontade de subir mais um degrau da escada do conhecimento.

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.

Paulo Freire.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
2.1 DA EDUCAÇÃO INFORMAL A FORMAL – EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	12
2.2 MODALIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	16
2.2.1 Educação Especial.....	16
2.2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	17
2.2.3 Educação Escolar Indígena.....	18
2.2.4 Educação a Distância (EaD).....	18
2.2.5 As incumbências das escolas segundo LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	19
2.3 COMUNIDADE EDUCACIONAL.....	20
2.3.1 A Instituição Escolar.....	21
2.3.2 A família.....	23
2.3.3 Direção.....	24
2.3.4 Setor técnico-administrativo.....	25
2.3.5 Setor pedagógico.....	25
2.3.6 Professores.....	26
2.3.7 Alunos.....	28
2.3.8 Pais.....	28
2.3.9 Conselho escolar.....	28
3 EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	29
3.1 A EJA COMO MODALIDADE DE ENSINO.....	30
3.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	32
3.3 FORMAÇÃO DOCENTE VOLTADA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	36
3.4 LINHAS DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	40
3.4.1 Quanto à demanda de EJA.....	40
3.4.2 Quanto à especificidade da EJA – Educação de Jovens e Adultos.....	40
3.4.3 Quanto ao financiamento da EJA.....	41
3.4.4 Quanto à EJA e trabalho.....	41
3.4.5 Quanto à formação e condições de trabalho dos educadores de jovens e adultos	42
3.4.6 Quanto à qualidade, currículo e metodologia.....	43
3.4.7 Quanto aos materiais didáticos.....	43
3.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS TENDÊNCIAS.....	44
3.6 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	45
4 METODOLOGIA.....	54
4.1 MÉTODO DE PESQUISA.....	54
4.2 LOCAL DA PESQUISA.....	56
4.3 AMOSTRA DA PESQUISA.....	63
4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	64
4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	64
4.6 MÉTODO DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	66
5 A EVASÃO DE ALUNOS DA EJA DO CREPORIZÃO EM ITAITUBA/PÁ.....	68
6 CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

ART - Artigo

CF – Constituição Federal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação MEB - Movimento de Educação de Base

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PAS - Programa Alfabetização Solidária

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INAF - Indicador de Analfabetismo Nacional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

MEB - Movimento de Educação de Bases

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Educação de Jovem e Adulto

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

RESUMO

A EJA – Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino do Brasil, em que o aluno pode cursar o ensino fundamental e médio, com idade superior a adequada para a maioria dos alunos. O EJA, possibilita que os alunos estudem por etapa, inclusive, com a junção de duas séries a serem cursadas no mesmo ano, terminando o aluno, o Ensino Fundamental em 4 anos, e, o ensino médio em 1 ano e 6 meses. Todavia, é muito comum no Brasil, nessa modalidade de ensino, a evasão escolar, que é abandonar durante o ano letivo a escola. No início do ano o aluno efetua sua matrícula e também suas atividades escolares, no entanto, embrenha-se na fuga do estabelecimento de ensino, o que chega a acontecer por um ou vários motivos. A evasão se identifica como um ato evasivo, de forma que, consiste no processo, de escapar, evadir ou fugir dos compromissos. O termo evasão caracteriza o fenômeno da fuga, no caso do ensino, entende-se a evasão pelo abandono escolar no decorrer do período letivo ou, pela não matrícula, sendo este caracterizado como abandono do curso, vez que interrompe com o vínculo estabelecido, entre aluno e escola, pois a não renovação do compromisso de continuar na instituição escolar; entende-se por esta situação por evasão, e é vista como abandono sem intenção de voltar. O objetivo geral do estudo é analisar os fatores que contribuem para a evasão dos alunos do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos do garimpo do Creporizão no município de Itaituba, no Estado do Pará. A metodologia de pesquisa foi do tipo bibliográfica e de campo, esta última inclui entrevista com 4 alunos do EJA noturno, matriculados na Escola do Creporizão, município de Itaituba/Pá. Constatou-se que são muitos os motivos que levam os alunos a abandonarem seus estudos na localidade pesquisada, mas que tem um motivo comum a todos eles. Constatou-se também, que tanto governo e escola, necessitam repensar o ensino dessa modalidade, e, adequá-lo as necessidades dos alunos que se matriculam no EJA.

Palavras-Chaves: EJA, Ensino Fundamental, Evasão, Alunos.

ABSTRACT

The EJA - Youth and Adult Education is a modality of teaching in Brazil, in which the student can attend primary and secondary education, older than adequate for most students. The EJA allows students to study by stage, including the joining of two series to be taken in the same year, ending the student, Elementary School in 4 years, and high school in 1 year and 6 months. However, it is very common in Brazil, in this modality of teaching, school dropout, which is to abandon the school during the school year. At the beginning of the year the student enrolls and also his school activities, however, is in the flight of the educational establishment, which happens for one or several reasons. Avoidance is identified as an evasive act, so that it consists of the process of escaping, evading or evading commitments. The term evasion characterizes the phenomenon of flight, in the case of education, it is understood that dropping out of school during the academic period or, due to non-enrollment, is characterized as abandonment of the course, since it interrupts with the established link between student and school, because the non-renewal of the commitment to continue in the school institution; this situation is understood by evasion, and is seen as abandonment without intention to return. The general objective of this study is to analyze the factors that contribute to the evasion of elementary and junior high school students from the Creporizão mining area in the city of Itaituba, in the State of Pará. The research methodology was of the bibliographical and field type, this last one includes an interview with 4 students of the nocturnal EJA enrolled in the Escola do Creporizão, Itaituba/Pá. It was found that many reasons lead students to abandon their studies in the locality researched, but that has a motive common to all of them. It was also verified that both government and school need to rethink the teaching of this modality, and to adapt it to the needs of students who enroll in the EJA.

Key Words: EJA, Elementary School, Evasion, Students.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estendeu o direito ao ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias, o que nos estabelece o imperativo de ampliar as oportunidades educacionais para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Além da extensão. O período da vida em que estes deveriam estar dedicados a sua formação não ocorre, causando assim, uma defasagem em sua formação. A procura deste cidadão por educação, não adquirida no período de infância e adolescência, ocorre após um período longe da escola, surge então, a preocupação do Governo com a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Para considerar como esses jovens e adultos aprendem, devemos reconhecê-los como adultos que muitas vezes apresentam uma história escolar de insucesso, que os designa como excluídos do sistema escolar, mas que são portadores de conhecimentos obtidos no contexto cultural e social a que pertencem. É nesta perspectiva, que a Educação de Jovens e Adultos deve se concretizar, tendo como ponto de partida o conhecimento de mundo do aluno.

A garantia de acesso e permanência com sucesso para estudantes de EJA deve ser o objetivo de toda a sociedade, e isso só será possível na medida em que as diferenças forem respeitadas. Para avançar na perspectiva de um direito efetivado é preciso superar a longa história de paralelismo, dualidade e preconceito que permeou a sociedade brasileira e as políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, consoante a colaboração recíproca e a gestão democrática, a avaliação necessária das políticas implica uma atualização permanente em clima de diálogo com diferentes interlocutores institucionais comprometidos com a EJA.

É imprescindível o conhecimento da realidade dos estudantes, bem como dos fatores didáticos e pedagógicos que possivelmente estejam colaborando para a sua evasão. Sendo a evasão escolar um agravante social, visto que diversos os fatores contribuem para o índice evasivo escolar, é necessário que a instituição escolar busque resgatar o aluno que permanece a margem da sociedade e desenvolva estratégias que impeçam a causa evasiva. É de suma importância a estratégia do professor diante do currículo selecionado, para que esse não seja permeado de ideologias sinalizadas e sim de pesquisas individuais que atendam os interesses culturais e sociais dos alunos. Em decorrência do significativo número de alunos que se evadem da escola principalmente na Educação de Jovens e Adultos, considera-se a evasão escolar como uma séria problemática ocasionada por diversos fatores internos ou externos à escola. Contudo a evasão escolar não deve ser vista exclusivamente como fracasso para o aluno, mas também como fracasso da própria instituição de ensino, que reiteradas vezes não alcança seus objetivos, especialmente no que se refere à produtividade do estudante.

Vale ressaltar que a Educação é um direito básico de todo cidadão, garantido por lei. Conforme a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ao se pronunciar sobre a Educação de Jovens e Adultos é interessante retomar o referido artigo, pois embora a Lei seja clara e específica, faz - se necessárias medidas mais eficientes com o intuito de reverter a situação de uma parcela significativa da população que foi ou ainda está excluída ou evadida do processo de escolarização. O Parecer nº 11/ 2000 que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, chama atenção para a necessidade de se observar o perfil do aluno de EJA bem como suas reais situações.

Sabe-se que a EJA possui um diferencial em relação ao ensino regular com um cronograma mais flexível, que oferece ao aluno as organizações individuais e coletivas, sendo que nas turmas individuais são registradas apenas as presenças do mesmo nas aulas. Nas turmas deve ter 75% de presença nas disciplinas. Uma das principais características do aluno EJA é sua baixa auto-estima, reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual passagem pela escola muitas vezes marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Uma pesquisa divulgada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostra que, dos oito milhões de brasileiros que já frequentaram os cursos de EJA, 43% não concluíram. Este abandono será o foco da investigação. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, onde há um processo investigativo acerca do problema, trazendo questionamentos sobre a EJA, os quais se destacam: Quais são os principais motivos que levam os alunos a evadir a escola da EJA? Quais atitudes os professores devem tomar para buscar a permanência desses alunos?

Considera-se que a evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as aulas, sinalizando o afastamento das atividades escolares durante o ano letivo por diversos motivos, muitos relacionados questões profissionais, sociais, familiares e educacionais. Porém a escola como instituição socializadora tem o compromisso de desenvolver estratégias pedagógicas condizentes com a realidade do aluno evasivo a fim de resgatá-lo e assegurar a sua permanência até que finalize os seus estudos formais. É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Seu caminhar tem a presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno, e a responsabilidade da escola.

Indica-se um fator significativo da instituição de ensino, a permanência dos alunos na escola com rendimento escolar baixo, atribui-se a forma de como a escola suporta os problemas dos mesmos. A EJA vem precisamente atender essa clientela que por algum motivo não frequentou ou deixou de frequentar o ensino regular na idade adequada. Contudo, muitos jovens e adultos realizam a sua matrícula, frequentam as aulas por um determinado tempo e acabam desistindo, sendo este um fator recorrente na Educação de Jovens e Adultos. Percebe-se então, que o aluno precisa ser estimulado e encorajado no processo de ensino-aprendizagem, sendo que uma das causas mais comuns e significativas da evasão são o relacionamento professor/aluno e as causas pessoais dos alunos. O bom relacionamento entre ambos auxilia o professor na sua prática pedagógica e conseqüentemente, propicia a compreensão do aluno na sua aprendizagem. Todavia, aos docentes não pode ser atribuída responsabilidade ilimitada pela evasão, nem tão pouco a escola, devem haver outras razões que levam alunos do EJA noturno, do ensino fundamental, a abandonarem seus estudos, e, por esta compreensão, é que este estudo se justifica, por buscar compreender melhor essa realidade social, e, procurar apontar sugestões que contribuam para modificação dessa realidade, trazendo informações relevantes aos profissionais da área de educação do município de Itaituba, da região do Creporizão, para que repensem o processo ensino-aprendizagem na EJA, com intenção de resgate destes alunos e motivação para que os mesmos possam concluir seus estudos e avançar na sua vida educacional.

O objetivo geral do estudo é analisar os fatores que contribuem para a evasão dos alunos do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos do garimpo do Creporizão no município de Itaituba, no Estado do Pará. Os objetivos específicos buscaram: coletar, analisar e sintetizar diferentes produções científicas referentes à evasão escolar; identificar os motivos que levam os alunos a abandonarem os estudos; levantar quais expectativas quanto à conclusão do ensino nesta modalidade; analisar e discutir os resultados obtidos.

O trabalho foi estruturado em 6 capítulos: O primeiro é introdutório, apresenta a estrutura da pesquisa, demonstrando considerações gerais sobre o tema de forma a caracterizá-lo, a problemática, a justificativa e os objetivos. O segundo capítulo apresenta a educação no Brasil - estrutura organizacional, apontando as modalidades de ensino, suas características e amparo legal. O terceiro capítulo destaca a Educação de Jovens e Adultos, conceituando, caracterizando, apontando normativas e perspectivas. O quarto capítulo destaca a metodologia utilizada na pesquisa, apontando o estudo bibliográfico e de campo. O quinto capítulo analisa os dados da pesquisa de campo, coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas. O sexto capítulo é a conclusão do estudo, com sugestões da pesquisadora.

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A educação é algo próprio da vida em sociedade, pois está relacionada com a formação tanto pessoal quanto social daqueles que a constituem. Pode ser definida de diferentes formas e se manifestar por meio de diferentes processos. Aqui neste capítulo será tratado da educação organizada na sistemática político-educacional brasileira, denominada de educação formal ou escolar. Primeiramente, será apresentada uma contextualização que acompanha a evolução da educação informal até a educação formal. Será abordado a organização da educação brasileira no contexto da legislação atual.

2.1 DA EDUCAÇÃO INFORMAL A FORMAL – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Azanha (2015) destaca que a escola é uma das instituições mais consolidadas em nossa sociedade. Muito se fala da sua deterioração física e cultural, mas não se pode negar que é um lugar de passagem obrigatória. Desde muito cedo, o ser humano é preparado para a entrada nesse espaço. Ela tem um ritual próprio e personagens com papéis bem definidos. É na escola que todos irão receber a educação sistematizada, reflexo da vida em sociedade. Na sociedade antiga, o modo de produção era escravista e, na sociedade medieval, era feudal. Esses dois modos de produção caracterizam-se pelo início da propriedade privada, da divisão do trabalho e da distribuição desigual dos bens de consumo produzido. Assim, surgiu a distinção entre a classe dos que trabalham e a dos que não trabalhavam. Criou-se, então, uma educação diferenciada, que privilegiava exercícios físicos, música e arte e estava voltada para formação da elite. Nesse mesmo período, surgiu também o nome escola, que, em grego, significa “lazer”, “tempo livre”, “ócio”. Diferente do que é de fato na contemporaneidade, pois, na escola, o que não há é ócio, os alunos têm muitos afazeres. Na escola, o tempo deve ser sempre muito bem aproveitado, pois os alunos tem na escola, a busca pelo saber.

Ghiraldelli Júnior (2006) afirma que nas sociedades modernas, em que predomina o modo de produção capitalista, a burguesia se tornou responsável pela defesa da escolarização universal e obrigatória. Por causa da influência do Iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa do século XVIII, bem como da expansão e formalização da vida urbana, fez-se cada vez mais necessário o acesso da produção à escrita. A escola, que representa o acesso à cultura letrada, legitimou o domínio da linguagem escrita por meio da educação sistemática, ou seja, escolarizada (institucionalizada). Estudos sobre a história da educação brasileira mostram que o ensino no país esteve primeiramente sob responsabilidade dos jesuítas, que,

após a sua chegada em solo brasileiro, em 1549, envolveram-se com tribos indígenas, visando à conversão dos nativos à fé católica por meio da catequese e da instrução, num processo que ficou conhecido aculturação dos jesuítas, que ainda davam instrução aos filhos de colonos, sendo esta bem diferente da que davam aos indígenas e da que formavam sacerdotes.

Explica Aranha (2015) que em 1759, o Marquês, de Pombal expulsou os jesuítas tanto do Brasil quanto de Portugal e instituiu as aulas régias, ou aulas avulsas, desmantelando o sistema educacional existia até então. Como não havia professores formados para substituírem os religiosos, leigos começaram a dar aulas isoladas com base nos conhecimentos que possuíam, e o Estado assumiu a responsabilidade pela educação. Na prática, porém, pouca coisa se alterou, pois, de certa forma, o modelo educativo dos jesuítas sobreviveu à ação dos leigos. A referência que se tinha na época era um modelo pedagógico que visava à disciplina e à submissão, um modelo de caráter religioso e literário. A principal diferença é que se instaurou a idéia do ensino laico, rompendo-se com a confessionalidade católica que regia os processos educativos naquela época.

Segundo Alves (2010) com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, houve um incremento na vida cultural da Colônia. O saber educacional passou a ser mais valorizado, ainda que na elite. Destacam-se, nesse período, a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Pública, do Jardim Botânico do Rio, do Museu Nacional, além da publicação de jornais e revistas que tinham como objetivo preservar a cultura européia da elite que se fixava no Brasil. Nessa mesma época, foi inaugurado o ensino e a educação superior no Brasil, visando à formação de profissionais na área militar e em cursos de Medicina, Direito e Belas-Artes.

Comenta Aranha (2015) que no período já mencionado no parágrafo anterior, acentuou-se a preocupação com a formação da elite, o que se refletiu no maior investimento no ensino superior, como já descrito, iniciado nesse período da vinda da família real de Portugal para o Brasil, começaram os primeiros cursos nesse nível de ensino, em detrimento dos demais níveis. Nessa época, o primário (atual ensino fundamental) oferecia apenas uma instrumentalização técnica, e o secundário (atual ensino médio) era desenvolvido sob a forma de aulas régias. Ainda segundo Aranha (2015) nesse mesmo período, alguns dirigentes lançaram a idéia de criar um sistema nacional de educação, propondo uma organização comum do ensino em todo o território, mas ela não se concretizou. Contribui, para isso, a exclusão dessa proposta da Constituição Federal do Brasil outorgada em 1824. Em 15 de outubro de 1827, promulgou-se uma lei relativa ao ensino elementar, nome dado à organização do ensino inicial institucionalizado, que, na prática, estava relacionado com o ensino rudimentar da leitura, da escrita e das operações, além de moral e religião.

A clientela que frequentava a escola no período imperial era constituída por filhos de homens livres. Mas mesmo com a maior democratização do ensino, a educação formal continuava a ser um privilégio de uma pequena parcela da população. Além disso, havia graves deficiências na educação da época, cuja organização era de responsabilidade das províncias. Parte das dificuldades tinha origem na precariedade da formação de professores, e eis que este foi um problema que se arrastou durante longas décadas, e, em algumas cidades do Brasil, somente em 1835 foi criada a primeira escola normal, em Niterói, no Rio de Janeiro, que passou a formar professores para dar aulas no ensino elementar.

Machado (2010) esclarece que no período republicano (a partir de 1889), criou-se o Ministério da Instituição Pública, Correios e Telégrafos, extinto dois anos depois e só recriado em 1930, sob a denominação de Ministério da Educação e Saúde. Nesse período, várias Constituições foram promulgadas e as idéias relativas à educação oscilaram de acordo com a situação política do país. A Constituição de 1934, por exemplo, promulgada em Assembléia Nacional Constituinte, era a mais liberal de todas; já a Constituição de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, continha idéias autoritárias, se comparada com a anterior. E, desde a década de 1920, havia no Brasil a idéia de criar uma lei que organizasse e orientasse a educação nacional. Mas apenas em 1947 começou a ser elaborado um projeto de lei para a educação, enviado ao Congresso Nacional em 1948.

Após treze anos, em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, que definia a educação como um direito de todos, determinando sua gratuidade e obrigatoriedade, e estabelecia as competências dos sistemas e os três graus de ensino: primário, ginásio e colegial, este dividido em científico e clássico. No final da década de 1960, iniciou-se um processo de reforma na educação, sob o espírito ditatorial do governo, começando pela reforma no ensino superior, determinada pela Lei nº 5.540/1968, que, dentre outros aspectos, instituiu a departamentalização dos cursos universitários e o sistema de créditos nas matrículas dos alunos, fragmentando e desestabilizando o espírito coletivo e enfraquecendo as manifestações de descontentamento levadas a cabo pelo corpo docente e discente contra o governo ditatorial da época.

Posteriormente, a Lei nº 5.692/1971 unificou os ensinos primário, ginásial e colegial, transformando-os no 1º (atual ensino fundamental) e 2º (atual ensino médio) graus. Além disso, foi instituída a obrigatoriedade da formação técnico-profissional a todo o egresso do 2º grau, com o objetivo de suprir a falta de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho, que se encontrava em ampla expansão devido ao crescimento e desenvolvimento do país graças ao seu acelerado processo de industrialização.

Em 1982, a Lei nº 7.044 reformulou a Lei nº 5.692, tornando facultativa a formação técnico-profissional dos egressos do 2º grau, por causa do fracasso visualizado na continuação da sua obrigatoriedade, estabelecida em 1971. Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, nascida no período de transição entre a ditadura militar e a abertura democrática, e, em 20 de dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, que trouxe novas e significativas mudanças ao ensino no Brasil.

Romais (2010) destaca que a ideia de educação remete ao pensamento comum de um futuro melhor para os que buscam pelo saber. A maioria das pessoas acredita que a passagem pela escolarização formal seja o passaporte para uma profissão socialmente reconhecida e com bom retorno financeiro. Além de estar em no imaginário dos que sonham com dias melhores, a educação é um direito de todo cidadão, conforme preconizam organismos internacionais, como a ONU – Organização das Nações Unidas e Constituição Federal. Para se garantir o cumprimento desse direito, ou qualquer outro, é preciso que esteja previsto nas leis do país e no Brasil, o direito à educação é um princípio constitucional e objeto de criação de documentos legais próprios, assinalando o desenvolvimento da cidadania no país.

A Constituição Federal de 1988 no art. 205, consta no Capítulo III, intitulado da Educação, da Cultura e do Desporto, a seguinte inscrição:

Art. 205, Constituição Federal de 1988: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, o fato de um direito constar em lei nem sempre se traduz em sua efetivação na prática, mas pode ser objeto de cobrança para efetivação. E, embora o Brasil tenha uma doutrina atual e progressista, que serve de referência a outras nações (é o caso, por exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990), infelizmente, muitas leis deixam de ser cumpridas, sendo muitos os exemplos no setor educacional. Todavia, para que a lei se cumpra pelas ações dos homens, conforme está previsto, é necessário que seja conhecida por todos. Para obedecer a ela, questioná-la, alterá-la ou cobrar sua efetivação, é necessário, primeiro, saber quais os limites, os direitos e os deveres nela implicados. O conhecimento, o saber, terá sempre papel de destaque, até mesmo no que tange a questão de fazer valer direitos ligados a área educacional, pois, para cobrar direitos, é preciso não somente conhece-los para analisá-los. A relevância do conhecimento tanto do ordenamento legal geral, como enquanto cidadãos é fundamental para a vida em sociedade. Após conhecer a evolução do ensino no Brasil, que começou de maneira informal, depois passou a ser fornecida formalmente.

2.2 MODALIDADES ESPECIAIS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Além do Ensino Fundamental e Médio, Educação Infantil e Ensino Superior, o Brasil tem outras modalidades de ensino, e, entre elas a EJA – Educação de Jovens e Adultos.

2.2.1 Educação Especial

A modalidade educação especial é tratada nos arts. 58 a 60 da LDB, sendo definida pelo art. 58 como: “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. A educação especial é entendida sob a perspectiva da inclusão, devendo haver serviços de apoio especializados na escola regular para garantir que os educandos sejam atendidos de acordo com suas necessidades. Aos educandos que não puderem ser integrados às classe regulares, é assegurado o atendimento em turmas, escolas ou serviços especializados. Segundo o art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/02/2001^e, como pessoa com necessidades educacionais especiais entende-se o educando que durante o processo educacional, apresentar:

I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações com o processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Na era da discussão sobre a educação inclusiva, as mais diferentes necessidades especiais educacionais estão conquistando seu espaço nas séries regulares de ensino, desde o fundamental ao superior. E, sobre a conquista desse espaço, o art. 59 da LDB lembra que é de responsabilidade dos sistemas de ensino, visando a garantir o adequado atendimento a esses educandos como mencionado no art. 59 da LDB:

- a) Organizar um currículo voltado às suas características e necessidades;
- b) Promover a terminalidade específica aos alunos cujas deficiências os impeçam de concluir o ensino fundamental ou a aceleração para os superdotados, afim de que o concluam em menor tempo;
- c) Disponibilizar professores com formação para atendimento especializado e docentes capacitados para atendimento desses alunos em classes comuns;
- d) Oferecer educação especial para o trabalho, proporcionando a inserção desses alunos na sociedade por meio de atividade laborais condizentes com suas potencialidades;
- e) Garantir acesso aos benefícios dos programas sociais suplementares correspondentes ao seu nível no ensino regular.

É relevante destacar que, para haver uma prática inclusiva efetiva nas escolas, é preciso enfrentar várias barreiras, como, por exemplo, a discriminação. Importante observar que em termos de Brasil, é preciso também um forte investimento público e privado para garantir a adaptação curricular e física, a formação de professores qualificados e o esclarecimento à comunidade escolar, construindo, dessa maneira, uma escola inclusiva que trabalha com o respeito às diferenças e semelhanças de todos que frequentava.

2.2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Essa modalidade de educação é abordada nos art. 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. É oferecida a pessoas que, na idade própria, não tiveram acesso à escola ou oportunidade de continuar seus estudos, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio. Para sua efetivação, deve ser oferecida gratuitamente pelos sistemas de ensino, além de ser organizada de forma a se aproximar dos interesses e das condições de vida e de trabalho dos alunos como está previsto no art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Eick (2010) afirma segundo o art. 38 da LDB, a educação de jovens e adultos pode se dar por meio de cursos e exames supletivos, respeitada a base nacional comum do currículo em ambos os casos. A idade mínima para os exames é a partir dos 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. A modalidade habilita os alunos a prosseguirem nos seus estudos em cursos regulares, em séries posteriores.

Azanha (2015) explica que a EJA – Educação de Jovens e Adultos vem sendo reconhecida como um direito desde a década de 1930, como resultado de campanhas de alfabetização e de programas de governo, embora nem sempre com as mesmas concepções teóricas. Apesar da mudança de nomenclatura, que saiu de ensino supletivo, na legislação anterior, para educação de jovens e adultos, na atual legislação brasileira, e do movimento em busca de sua vinculação mais ao mundo do trabalho do que ao escolar, o texto da LDB ainda trata da EJA – Educação de Jovens e Adultos, com sentido de educação supletiva voltada para a reposição do ensino fundamental regular. Ou seja, para os que não ingressaram no sistema educacional na idade prevista para início dos estudos. A EJA, se não se mantiver com a política de Estado, pode se esvaziar e passar a depender de ações compensatórias e filantrópicas, perdendo sua principal função, que é ajudar pessoas que não tiveram a oportunidade de iniciar e concluir seus estudos como a maioria da população, possam fazê-lo pela EJA. Nesta modalidade de Ensino, os alunos não estão na faixa etária considerada padrão para cursar o Ensino Fundamental e Médio, estão com certo “atraso” escolar.

2.2.3 Educação Escolar Indígena

Está prevista no art. 78 da LDB a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, tendo por objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Ressalta-se que é de responsabilidade da União envidar esforços junto aos sistemas de ensino para garantir às comunidades indígenas o desenvolvimento da educação intercultural. Para tanto, após ouvir essas comunidades, a União deve elaborar programas integrados de ensino e pesquisa, visando ao fortalecimento das práticas socioculturais de cada uma delas, à formação de pessoal especializado para atuar nas escolas indígenas, ao desenvolvimento de currículos e programas específicos para as comunidades e à elaboração de materiais didáticos adequados a essa realidade específica, conforme estabelece o art. 79 da LDB.

Com a nova legislação, os indígenas poderão frequentar a escola em suas próprias aldeias, e não mais escolas rurais ou extensões. Essas escolas devem ter organização e documentação próprias, e a propostas pedagógicas deve estar de acordo com as características da cultura local. Machado (2010) comenta que além de metodologias e materiais didáticos diferenciados, é importante destacar que os sistemas de ensino apoiados pela União devem investir na formação dos docentes para atuar nessas escolas, de preferência dentre eles, membros da própria comunidade indígena. Existem já algumas experiências com cursos de nível médio e superior que formam indígenas para atuar como professores em suas aldeias.

2.2.4 Educação a Distância (EaD)

Garcia (2014) explica que a LDB, que institui em seu art. 80 os programas de educação a distancia, em todos os níveis e modalidades de ensino, determina que eles devem ser oferecidos por instituições especificamente credenciadas pela União, sendo autorizados e controlados pelos sistemas de ensino. A EaD é uma modalidade de educação que permite o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em um ambiente virtual, desenvolvendo potencialmente a auto-aprendizagem e disponibilizando diferentes ferramentas para promover a socialização das informações e das aprendizagens. Para isso, são usados recursos tecnológicos de diferentes gerações, desde os menos complexos, mas incluindo o uso

de internet de banda larga, por exemplo, uma vez que o ensino é mais tecnológico, ou seja, o maior contato do aluno com os docentes é através de monitores e pela internet.

Machado (2010) destaca que essa modalidade de ensino possibilita uma flexibilização em relação aos tempos e espaços de aprendizagem, e acentua o compartilhamento das responsabilidades pelo processo de ensino-aprendizagem entre professores, tutores e alunos, sendo que a maior responsabilidade de aprendizado cabe ao aluno, que deve se empenhar na busca do saber. A prática do ensino a distância deve ser pensada à luz da reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o acesso às informações por meios eletrônicos no formato de treinamento não garante o esforço reconstrutivo dos alunos necessário a uma aprendizagem significativa, devendo ele buscar sempre mais conhecimento.

2.2.5 As incumbências das escolas segundo LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

O art. 12 da LDB apresenta as incumbências dos estabelecimentos de ensino, ou seja, as suas atribuições. À escola cabe elaborar sua proposta pedagógica com autonomia, com a participação da comunidade escolar e com base em sua realidade, de acordo com o marco legal e a aprovação de sua mantenedora. O seu registro será feito em um documento chamado projeto político-pedagógico, projeto pedagógico ou outro nome semelhante, que cumpre a função de definir os rumos da instituição. Lima (2001) destaca que a LDB fala ora em proposta pedagógica (arts. 12 e 13), ora em projeto pedagógico (art. 14), mas, independentemente do nome, a ideia é que se expresse a identidade da instituição, ou seja, as suas concepções e o tipo de educação que quer desenvolver. É interessante ressaltar que vários educadores têm defendido o nome projeto político-pedagógico (PPP), explicitando que a inclusão do termo político mostra a opção feita pela escola sobre o tipo de aluno que quer formar e o tipo de sociedade que deseja. A educação é um ato político, pela sua não-neutralidade, sem esquecermos que não podemos confundi-la com o ato partidário.

Sobre o assunto, Freire (1978, p. 67) destaca:

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos: envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra.

Em vez de ser um documento para estar engavetado, o projeto pedagógico deve servir de bússola e orientar os passos dados pela escola em seu cotidiano.

Pinto (2011) destaca que o projeto pedagógico é o “plano global da instituição”, mostrando às comunidades escolar e local o projeto educativo e social que prioriza. O projeto político pedagógico será a referência com base no qual cada professor, por exemplo, poderá refletir sobre suas concepções e suas práticas, referência essa nunca definitiva, mas que, com esse movimento (reflexões sobre as práticas), pode ir sofrendo alterações periódicas, sendo indicada a revisão do documento (reformulação/atualização) a cada três ou quatro anos. Em vez de cercear o trabalho dos professores, a linha de ação definida no projeto colabora para que o processo educativo seja mais coeso, evitando que, a cada ano letivo, os alunos passem por professores que trabalham de forma tão diferente (com base em diferentes epistemologias) que rompam até mesmo com o ideal de educação buscado pela escola. Uma segunda incumbência da escola diz respeito à administração de seu pessoal e dos recursos materiais e financeiros, prevista na gestão democrática do ensino público, sendo de responsabilidade do conselho escolar ou outro órgão equivalente, e não mais da direção da escola, à exceção das escolas privadas, cuja administração seguirá as regras definidas por sua mantenedora.

Segundo Miaralet (2015) além dessas, outras incumbências da escola são respeitar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula previstos, zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes, prover meios para recuperação de alunos de menor rendimento, estabelecer vínculos com as famílias e a comunidade, notificar aos órgãos competentes a relação de alunos com frequência abaixo de cinquenta por cento do percentual permitido em lei e, por último e de extrema relevância, manter informados os pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, como também executar sua proposta pedagógica. Merecedor de destaque é a questão da obrigação da escola chamar os pais e responsáveis para sua efetiva participação na elaboração da proposta pedagógica e responsabilidade de mantê-los informados sobre como essa proposta está sendo executada, pois, os pais são os maiores interessados na evolução educacional dos alunos, de forma que a escola precisa tê-los como parceiros na construção de um espaço escolar democrático e consciente da necessidade de uma educação de qualidade acessível a todos. Qualidade educacional torna-se assim um dever conjunto (pais, escola e comunidade).

2.3 COMUNIDADE EDUCACIONAL

Santos (2018) destaca que sobre a comunidade educacional, é importante ressaltar que para pensar em educação requer que reflexão sobre todo o seu entorno, devendo-se aproximar o olhar dos vários modelos institucionais que formam a instituição educacional.

Carvalho (2010) destaca que não há apenas um olhar em uma instituição, mas vários olhares e vários modos de pensar e conceber a educação. Um pouco ou muito de cada membro de uma realidade social está representada por meio das diversas estruturas sociais criadas, e apresentadas na caminhada, e no aprimoramento existencial humano, e nele, está explícita a função escolar. A comunidade educacional não é composta apenas de alunos e professores. Todo o entorno faz parte da sua estrutura: o local onde está instalada, os pais, os funcionários, os administradores, todos aqueles que estão próximos à instituição. Uns dão suporte a outros, e todos se completam. A educação é alicerce para a construção de uma sociedade bem estruturada, que favorece a reflexão e a reformulação de parâmetros.

2.3.1 A Instituição Escolar

Para Alves (2013) a instituição é o estabelecimento em que está organizada toda a estrutura e a sistemática referente aos aspectos formais e fundacionais do ambiente educacional. Instituição é a estrutura social, formal e, em última instância, o estabelecimento em si. A instituição não é composta apenas do prédio. Esta estrutura física é apenas uma pequena parte do todo institucional. O entorno educacional é laboratório do ambiente educacional, ou seja, é o laboratório de experimentação daquilo que diz respeito à educação, por ser um grande espaço de aprendizagem, onde professores, alunos, pais e administradores aprendem juntos e separadamente, mas todos voltados para um ensino de qualidade.

Aguiar (2000) destaca que a instituição de ensino representa ou precisa representar a extensão social da comunidade por ser um espaço privilegiado de experiências e experimentos do entorno social. O prédio da instituição representa o espaço físico onde são demarcadas as situações e as possibilidades de socialização e integração do indivíduo com a sua comunidade. Esse espaço, sintetizado na construção de um prédio, representa a simbologia do acolhimento das individualidades em prol da formação de uma postura, eminentemente coletiva. A formação de vínculos do indivíduo com o seu grupo significa a formação de um ser comprometido e identificado com o seu grupo social. O nome da instituição ao qual o indivíduo se vincula, constitui a formação e a demarcação do significado simbólico.

Sendo assim, percebe-se que instituição é segundo Alves (2013, p. 70-71):

O espaço onde as pessoas aprendem e buscam se organizar em grupo. Ela confere ao indivíduo a noção de pertencimento, pois a cada momento em que alguém se refere especificamente ao nome da instituição, seja positivamente, seja negativamente, sempre está referindo-se ao grupo de pertencimento do indivíduo. Essa identificação requer aproximação e acolhida por parte de todos os membros do contexto da instituição.

Ressalta-se que a instituição escolar, surge como uma possibilidade de construção e elaboração das pessoas que são membros dessa comunidade. No momento em que o indivíduo não se sente tocado ou pertencente a essa realidade em construção, o processo ali instaurado, de construção de uma identidade social, fica seriamente comprometido. Isso ocorre porque, ao se sentir excluído, o indivíduo rejeita os processos que na instituição estão em construção. A primeira tendência de rejeição acontece porque ele não almeja mudar os modelos a que está acostumado, percebendo que é mais fácil a repetição do que a inovação.

Mota (2017) explica que o espaço social é toda a possibilidade de deslocamento dentro do espaço em que a comunidade se encontra. Não é somente onde a instituição está locada, mas todas as ruas, os bairros onde os membros da instituição estão inseridos, proporcionando um mecanismo de incorporação de todos os aspectos sociais que ali se encontram. O sentimento de pertencimento é o sentimento de acolhida que o indivíduo experimenta dentro do grupo em que está inserido, sendo que a memória referida anteriormente é decisiva para que haja tal sentimento, o qual só existirá no momento em que a instituição conseguir representar a realidade social de todos os seus membros.

No surgimento de uma instituição escolar deve prevalecer a consciência de que o espaço ali criado é coletivo, não tendo um único dono e sim, pertence a cada um, por isso, a importância do acolhimento institucional de todos os alunos para que se sintam pertencentes aquele ambiente, e tendo a confiança necessária, possam ali se desenvolver plenamente. Pois, quando um indivíduo não se sente pertencente à instituição, é porque de uma forma ou de outra o sentimento de inclusão e apropriação não se efetivou. A grande importância desse processo de acolhida legitima a instituição como um espaço de realização dos indivíduos.

Sobre o sentimento de pertencimento, destaca Pinto (2011, p.123):

As circunstâncias em que a instituição ou o modelo institucional não representa esse sentimento de pertencimento a esse ambiente social demonstram que o processo que se desenvolveu está centrado numa relação vertical de poder. Isso porque na maioria das vezes não se levam em conta as observações que são oriundas da comunidade escolar ou de especialistas em educação. Porém, com o passar dos anos, os seres humanos, como as instituições, vão amadurecendo os seus modelos, os seus referenciais e os seus objetivos. Tal processo evidencia o amadurecimento que o espaço social adquire durante o seu processo de construção e legitimação.

A instituição é o espaço no qual os indivíduos conseguem ampliar a extensão dos seus interesses particulares, em prol de toda uma possibilidade e modelo social. Nesse sentido, não se pode pensar que existem tipos de instituição melhores ou piores, e sim que as trajetórias percorridas pelas instituições sintetizam o comprometimento com a inserção dos indivíduos nessa esfera social. O poder não está na estrutura física da instituição, e sim na sua trajetória.

Faz-se necessário um modelo de instituição que vise à representação legítima dos indivíduos em seus grupos organizacionais. Se a instituição é vista como algo inadequado, reproduz-se aí a imaturidade civilizatória do entorno educacional. A instituição não nasce pronta, aliás, nunca está pronta, porque ela representa a síntese de respostas que coletivamente a comunidade busca a partir das necessidades individuais e sociais, e estas estão em constante transformação em direção ao amadurecimento. A escola é, portanto, o ambiente de aprendizagem, de saberes coletivos e sociais. Alves (2013) destaca que é nessa instituição que se faz a transição definitiva entre o particular e o público. A família fez sua parte e é na escola que esses saberes se transformam ou se moldam dentro do contexto social.

2.3.2 A família

A família é uma comunidade, ou seja, nela predomina a vontade natural dos membros do grupo. Já na sociedade o que predomina é o caráter racional. Bordignon (2011) afirma que é na família, que deve haver essa transição do comunitário para o social, ou seja, cabe à família preparar os seus membros para a vida social, colocando o privado, família, em prol do público, sociedade. Tudo o que é confiante, íntimo, vivendo exclusivamente em conjunto compreende-se como a vida em comunidade. A sociedade é o que é público, é o mundo.

Para Carvalho (2010) a grande questão da família é o aprimoramento e o aperfeiçoamento do indivíduo na sua dimensão pessoal, a escola tem obrigação de fornecer o conhecimento, mas a família a educação. É na família que se desenvolve a dimensão do caráter da privacidade, do particular, do afetivo, do próximo. Na família a criança aprende ou deveria aprender as atitudes fundamentais, como falar, vestir-se, obedecer aos adultos, proteger os menores (ou seja, conviver com pessoas de diferentes idades), compartilhar alimentos e outros bens com quem a cerca, participar em jogos coletivos respeitando as regras, rezar para os deuses (se a família for religiosa), distinguir em nível primário do que é bom do que é mal segundo as pautas da comunidade a que pertence, etc. Tudo isso compõe a socialização primária, por meio do qual a pessoa se transforma em um membro da sociedade.

Sendo assim, constata-se que o papel fundamental da família, para bem ou para o mal, na socialização primária dos indivíduos se constitui um problema sério para a escola e os professores. Por isso, é essencial o tratamento a ser dispensado a família no processo educativo. Os docentes percebem esse fenômeno cotidianamente, e uma de suas queixas mais recorrentes é que as crianças chegam à escola com um núcleo básico de socialização insuficiente para enfrentar com êxito a tarefa de aprendizado. Quando a família socializa, a escola pode ocupar-se de ensinar.

É fundamental afirmar que o modelo de família tem mudado com o passar dos anos. Hoje ela não pode ser considerada como a base que sustenta uma sociedade, mas como um dos pilares centrais de todo comunitário, pois, ela possui uma função essencial, como primeira instituição na formação do indivíduo.

Sobre a função da família Carvalho (2010, p.76) destaca:

1º A função essencial da família é formar os sentimentos, partindo das pulsões mais animais e transfigurando-as. A história mostra que esta função subsiste por trás de formas mais diversas que a família pode assumir.

2º Esta parece ser a única instituição capaz de assumir tal função. E esta tese é corroborada por muitos estudos psicológicos que mostram que a família privada de pais (naturais ou adotivos) está cruelmente desfavorecida no início da sua vida, por vezes até fisicamente; no confronto com uma sociedade fria, e hostil, sente-se inclusive culpada de existir, o que a impede de crescer normalmente, pois o crescimento normal exige a afeição.

3º A família assume a sua função, não ensinando, mas contentando-se com existir, isto é, amar. O amor familiar é muitas vezes cego, tempestuoso, cruel. Constitui, todavia, a ocasião única no mundo para o indivíduo, homem ou mulher, adulto ou criança, se descobrir como ser insubstituível.

4º Esta educação familiar é proveitosa tanto para os pais como para os seus filhos, que são os educadores dos seus educadores. Se existe uma educação “permanente” em sentido próprio, é essa.

5º Uma instituição só subsiste pela confiança presumida. A sociedade global confia em cada família para educar seus filhos como ela entender, pelo menos até uma certa idade e com certos limites; as leis coercivas só intervêm quando se demonstrou que a família é indigna de tal confiança. Como a escola do sentimento, a família aprende esta confiança nos outros e em si mesma, sem a qual a vida seria impossível. Eis o que a legitima.

A escola é uma instituição social que tem como objetivo a formação humana e nesse sentido, a escola é considerada uma organização de unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição e a família é importante nesse processo. Essa organização (escola), para existir e funcionar necessita de uma gestão responsável pela tomada e controle de decisões, que inclua a família, conforme a concepção adotada pela instituição, mais técnica ou mais participativa.

2.3.3 Direção

A estrutura básica de uma escola de ensino fundamental pode compreender: A direção; O setor técnico-administrativo; O setor pedagógico; Os professores; Os alunos; Os pais; O conselho escolar. A direção, segundo Alves (2013) é responsável pela representação legal da instituição. Essa função é cumprida por um diretor, com a assessoria de um vice-diretor, assistente de direção ou coordenador de turno, dependendo do tipo de escola, do número de alunos que atende e dos turnos nos quais funciona.

Eike (2010) comenta que em instituições públicas, a escolha do diretor é feita por votação direta, com a participação de todos os segmentos que formam a escola, conforme as orientações previstas na lei de gestão democrática municipal ou estadual e a legislação própria de cada sistema de ensino. Já nas instituições privadas, a forma de escolha ou indicação é definida pela sua mantenedora. Em ambos os casos, é papel do diretor responsabilizar-se pelo funcionamento da escola, consoante a legislação vigente.

2.3.4 Setor técnico-administrativo

É responsável por atividades que subsidiam o trabalho pedagógico da instituição, desenvolvidas por pessoas com capacitação para isso. Eike (2010) afirma que uma escola de ensino fundamental pode requerer as seguintes atividades: secretaria, para organização e expedição de documentos de alunos e professores, além da organização da correspondência e da documentação da escola; biblioteca, para organização de acervo e orientação no seu uso, bem como realização de atividades variadas, como hora do conto, feira do livro etc.; laboratórios, para um trabalho mais aprofundado e diversificado com as diferentes linguagens e recursos tecnológicos; brinquedoteca; nutrição; vigilância; limpeza e manutenção, entre outros, conforme as necessidades de cada escola.

2.3.5 Setor pedagógico

É geralmente formado por duas atividades centrais para o bom desenvolvimento do trabalho da escola: coordenação pedagógica e orientação educacional, desenvolvidas em conjunto ou não, dependendo da escola e do sistema escolar. Essas funções requerem profissionais com habilitação, formados, conforme artigo 64 da LDB, em cursos de graduação em Pedagogia ou de pós-graduação. Em respeito à Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação (que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura), os cursos de Pedagogia destinam-se atualmente à formação para a docência na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade normal, em cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, compreendendo também a plena participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino. Dessa forma, as habilitações para a supervisão escolar e a orientação educacional, que antes integravam os cursos de graduação, agora são oferecidas em cursos de pós-graduação.

Almeida (2006) destaca que as funções de coordenação pedagógica e orientação educacional podem estar unidas em seu desenvolvimento. O coordenador pedagógico ou supervisor escolar tem, entre suas funções, assessorar os professores em seu trabalho diário e manter um relacionamento com a comunidade sobre o funcionamento da escola. Já o orientador educacional atua mais diretamente com os alunos e suas famílias, quando necessário. Como professores e alunos são elementos centrais no processo educativo, seria pouco prudente que cada profissional atuasse apenas em sua área, sem interagir com o outro. Se a escola não mantiver as duas funções, pode sobrecarregar uma delas ou ter maiores dificuldades em seu fazer pedagógico. Para Beillerot, (2005) é de extrema importância ressaltar que o setor pedagógico não pode ser um mero responsável por aspectos burocráticos como controlar professores e alunos, verificar cadernos de chamada, examinar o planejamento dos professores e impor ações. Deve também proporcionar momentos de estudo e integração de experiências, a fim de enriquecer o trabalho pedagógico.

2.3.6 Professores

São aqueles profissionais com habilitação própria para atuar diretamente como os alunos, nas diferentes etapas e modalidades, colocando em prática a proposta pedagógica da escola. Especificamente em relação ao ensino fundamental, o art. 62 da LDB determina que, para o professor atuar nos anos iniciais (do 1º ao 5º ano), necessita ter formação superior em curso de licenciatura, de graduação plena, sendo admitida como formação mínima a realizada em nível médio na modalidade normal. Já para atuar do 6º ao 9º ano, necessita ter formação superior na área específica de atuação, conforme a disciplina a ser ministrada.

O corpo docente, de acordo com o art. 13 da LDB, envolve-se elaboração da proposta pedagógica da escola e, com base nela, planejará e desenvolverá seu plano de trabalho, zelando pela aprendizagem de seus alunos, prevendo recuperação para aqueles de menor rendimento e colaborando com a interação entre escola, família e comunidade. Os professores são os líderes, os representantes dos modelos referenciais em que os estudantes solidificam as suas bases. A educação aparece como uma relação vertical, o sentido de que o professor se situa acima do aluno, o responsável acima do irresponsável, aquele que sabe acima daquele que ignora, o adulto acima da criança. Uma relação de autoridade, portanto, e que se manifesta de muitas maneiras: a autoridade do pai, do professor, do examinador, da instituição. Carvalho (2010) diz que é preciso refletir que o professor necessita ter a dimensão real de sua importância e de seus modelos. Ele é que repassa a dimensão do coletivo, trabalhando o caráter de pertencimento do grupo e não do privado.

Para Bordignon (2001) esse papel requer um professor maduro e comprometido com sua função de formador. Assim, o ofício do professor é sempre um ofício que associa, em um único gesto profissional, o saber e o acompanhamento. A dimensão do trabalho docente precisa estar além do comprometimento com o conteúdo que leciona, até mesmo porque, muitas vezes, ele passa a ser o único modelo para os seus alunos. Torna-se referencial no que diz respeito à postura social. A falta de parâmetros com que a criança chega à escola implica a atribuição de uma nova função ao professor e à própria escola, que, em vez de puramente ensinar conteúdos e de complementar aprendizagem, tem que formar conceitos básicos. O compromisso de um educador não cessa no simples ato de transmitir conteúdo. Ao contrário, é aí que começa seu compromisso de cidadão. No entanto, essa nova situação de educação, embora multiplique as dificuldades no caminho dos professores, também abre possibilidades promissoras para a formação moral e social dos futuros cidadãos.

Carvalho (2002) destaca que ser professor hoje nem sempre é fácil e cabe salientar que financeiramente fica muito aquém do que deveria ser. Ensinar é organizar situações de aprendizagem. Por isso, cabe ao professor a busca pela eficácia do aprendizado em sala de aula, para que o aluno aprenda da melhor forma possível os conteúdos programáticos. No entanto, não se deve esquecer que a aprendizagem é algo que deve ir de dentro para fora. Procurar proporcionar ao aluno o experienciar o conteúdo é um desafio do educador. As dificuldades são muitas, só na fórmula tentativa - erro/acerto é que o professor encontrará seu caminho, a melhor fórmula. Não há receita mágica ou milagrosa; há sim, caminhos a serem trilhados e só no caminhar cada um encontrará seu próprio caminho.

Segundo Coelho (2006) o professor não é mais visto como modelo, como detentor único do conhecimento, mas cabe a ele refletir sobre essa nova realidade e perspectiva que é a de encontrar novos caminhos. O professor, sim, é alguém imprescindível na busca por uma sociedade mais humana, por isso deve ser um educador filosófico, não um conteudista, um tarefeiro. Todo professor ensina algo, possibilitando o intercâmbio entre os “objetos de saber” e os “sujeitos” que se apropriam desse saber. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade, e o individual do aluno. Nesse sentido sugerido acima, educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem. Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. Ele exerce o papel de um mediador social entre o universal da sociedade e o individual do educando. O educador deve ser visto como mediador do conhecimento. Para exercer o papel de educador, é preciso compromisso político e técnico.

2.3.7 Alunos

Os alunos são os sujeitos que estão em processo formativo, constituindo o corpo discente. Frigotto (2009) comenta que o aluno é um sujeito possuidor de capacidade de avanço e crescimento, só necessitando para tanto da mediação da cultura elaborada, que possibilita a ruptura com o seu estado espontâneo. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assegura as crianças e adolescentes o direito à educação formal, IV - Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, art. 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Por essa Lei, as crianças e os adolescentes têm garantido, no Brasil, o direito ao ensino, à educação. A Constituição delega ao Estado o dever para com esses cidadãos, mas cabe a cada um reivindicar a efetivação desse direito, que nem sempre é efetivado de forma eficiente. Aprender é uma tarefa árdua, mas fundamental para todos.

2.3.8 Pais

Devem estar cientes da proposta pedagógica da escola, bem como acompanhar, na condição de responsáveis, o desempenho de seus filhos nas diferentes disciplinas. É ainda dever dos pais matricular seus filhos a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental, conforme a legislação vigente (art. 6º LDB).

2.3.9 Conselho escolar

O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar. A criação de conselhos escolares resulta da gestão democrática nas escolas públicas do Brasil. Frigotto (2009) destaca que prevalece a gestão democrática, a ser definida por cada sistema de ensino (estadual e municipal), com decisões que dependem de uma comissão formada por representantes dos diferentes segmentos (diretor, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade), o diretor irá administrar todos os recursos que são destinados a escola, o conselho escolar ajuda a administrar esses recursos, é um fiscal da Lei, para aplicação desses recursos. As principais decisões da escola são expostas e refletidas no Conselho escolar.

3 EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA- Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinado a jovens e adultos que não tiveram acesso, ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino na idade própria. É um curso ofertado a jovens a partir dos 15 anos de idade, pela secretaria de educação, presencial ou a distância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.304, de 1996, no artigo 37, evidencia preocupação em garantir a continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade em idade própria. O parecer CEB/2000 regulamentou “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” (CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.), preconiza que a EJA então não possui mais a função de suprir somente a escolaridade perdida, mas sim a função reparadora, qualificadora e equalizadora, e é garantida dessa forma na legislação.

Faria (2015) explica que a EJA – Educação de Jovens e Adultos apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema de exclusão social. O homem é um ser social, apto a aprender, através da educação se forma sua identidade, ideologia e o seu modo de vida. Nessa perspectiva, aprender é uma descoberta criadora, com abertura ao risco e a aventura do ser, pois ensinando se aprende e aprendendo se ensina. Assim, sendo o educador é um profissional da pedagogia da política, da pedagogia da esperança, como já disse o educador Paulo Freire, precursor da alfabetização de jovens e adultos, assim sendo, o educador é aquele que necessita construir o conhecimento com seus alunos, e o educando é um dos eixos fundamentais de todo o trabalho. No entendimento que ele pode promover profundas transformações em si, e por efeito, no mundo em que vive.

Gadotti e Romão (2015) afirmam que o papel do professor na EJA - Educação de Jovens e Adultos, é de grande importância no processo de reingresso do aluno às turmas, é de suma importância o perfil do docente no sucesso de aprendizagem do aluno adulto, para muitos o professor é um modelo a seguir na vida. O conhecimento modifica o homem, assim considera-se que a EJA - Educação de Jovens e Adultos, é capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, traz oportunidades para conviver em uma sociedade democrática, justa e igualitária com direitos e também deveres. No Brasil tem sido estratégia de exclusão da desigualdade social, a realidade do aluno, é algo fundamental e deve ser conhecido pelo professor, em especial aquele que leciona para essa modalidade de ensino. Sabemos que a educação é um processo complexo, onde ainda hoje em pleno século XXI, uma imensa parcela da população não teve ou não tem acesso à educação, devido às condições sócio-econômicas em que se encontram, o que dificulta o acesso ao conhecimento.

Por este motivo, entre outros, o índice de analfabetismo e evasão escolar ainda são altíssimos no Brasil. Os educadores que se comprometem com a Educação de Jovens e Adultos, têm que possuir consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula. O professor é o estimulador, o mediador de seus alunos, devendo ser comprometidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos incessantemente cada vez mais relacionados à realidade do público que estão trabalhando, inserindo no currículo a realidade do aluno.

3.1 A EJA COMO MODALIDADE DE ENSINO

A educação de jovens e adultos, EJA, é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, que possibilita a oportunidade para muitas pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento científico em idade própria dando oportunidade para jovens e adultos iniciar e /ou dar continuidade aos seus estudos, é, portanto uma modalidade de ensino que visa garantir um direito aqueles que foram excluídos dos bancos escolares ou que não tiveram oportunidade de acessá-los. Existem diversos fatores que muitas vezes não possibilitam a alfabetização no período da infância no decorrer dos anos, o indivíduo sente a necessidade de inserir-se nesse processo e procura a EJA (Educação de Jovens e Adultos) oferecido por escolas públicas (BRASIL, 1996).

Algo muito importante precisa ser mencionado, é o que dispõe da idade para ter acesso a EJA, e, em termos de acesso a essa modalidade no Brasil, a legislação educacional define que a idade mínima para o ingresso nos cursos de educação de jovens e adultos e a participação nos exames supletivos é de 15 anos completos para o ensino fundamental, e de 18 para o ensino médio, lei que vigora no Brasil até a presente data.

Conforme a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino fundamental obrigatório e gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria”. E para se efetivar o direito subjetivo a educação a LDB 9394/96, no seu artigo quinto parágrafo primeiro, define as seguintes competências para os estados e municípios num regime de colaboração e sob a assistência da união: I- recensear a população em idade escolar para a educação de jovens e adultos que a ele não tiveram acesso II- fazer-lhe chamada pública. Embora essa modalidade de ensino seja oferecida gratuitamente e garantida pela legislação não quer dizer que atenda as exigências específicas. A educação é complexa, ainda com muitas dificuldades em relacionar teoria e prática. O Estado é obrigado a dispor do EJA para a população (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB 9394/96 (art. 32), as exigências de um ensino da EJA, o ensino fundamental deverá ter por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades: I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e prática.

Nesse aspecto, podemos considerar que a educação é essencial ao ser humano, principalmente nos dias de hoje, em que se depara com um ambiente de competitividade, diversos documentos assim como a Lei de Diretrizes e Bases vista anteriormente, tal afirmação se confirma. No presente século com todas as inovações tecnológicas, e com a grande modernização econômica e cultural, ainda se enfrenta um grande problema que impede o desenvolvimento do país, consequência da falta de investimento na educação, o que gera a má qualidade da mesma, causa assim o desânimo de todos, seja do docente e até mesmo do próprio educando, refletido através da evasão, e baixos salários, e torna a educação de má qualidade. Onde se investe em educação é notória a contribuição do crescimento econômico do desenvolvimento social e cultural da sociedade e país.

De acordo com a resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de educação (CNE) – que estabelece As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a oferta dessa modalidade de ensino deve considerar:

As situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I. Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II. Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III. Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art. 5º).

Ressalta-se assim, que ao analisar a educação Brasileira não é fácil, exatamente porque as contingências que a cercam são múltiplas e os fatores que a envolvem são objetos de leis, políticas e programas instituídos pelo governo. Jardimino e Araújo (2014) destacam que a legislação educacional é fruto de muito esforço e luta de educadores, para que determinados anseios formalizassem em lei, isso não quer dizer que tudo que a lei propunha é tarefa fácil de concretização, pelo fato do compromisso da educação ser um trabalho de todos, que embora muitas vezes não é dividido como deveria ser, muitos dos direitos de uma educação de qualidade, tanto ao educando quanto ao docente, é visto somente em “papel”, a lei é presente, mas difícil de ser executada por diversos fatores que envolvem a qualidade do ensino.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil cabe aqui ressaltar, surgiu como alternativa à qualificação de mão de obra, com vistas ao atendimento da demanda industrial, onde sua principal função era a de formar indivíduos que agissem como “máquinas”, sem nenhum senso crítico. A educação deveria corresponder a formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária: Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser.

3.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A aprendizagem se dá numa perspectiva de mudança, alfabetizar jovens e adultos não é somente um ato de ensino. Na época de colonização do Brasil, somente as classes médias e altas tinham acesso ao conhecimento nas poucas escolas que existiam, os filhos recebiam atendimento escolar em casa, não havia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos, a classe pobre era desfavorecida não tinha nenhum acesso à escola e quando ocorria era de forma indireta. Conforme Ghiraldelli Jr. (2008) a educação brasileira teve seu início a partir da vinda dos jesuítas para o Brasil, cujo interesse era difundir o catolicismo pelo mundo, iniciado aqui a partir da catequização dos povos indígenas, nas palavras do autor: A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil -1808- 1821.

Vasconcellos (2015) afirma que o ensino jesuítico naquele tempo possuía apenas o interesse de propagar a fé cristã, era destituído de objetivos voltados para a transmissão de conhecimentos científicos, isso aconteceu até o período pombalino. Esse período remeteu a ameaça que os jesuítas causavam para os colonizadores, quando eles começaram a perceber a utilização de seus ensinamentos para a domesticação e resiliência dos povos indígenas a imposição do trabalho forçado pelo processo colonizador. Marques de Pombal agiu de forma rígida contra os jesuítas, expulsando-os do Brasil. Dessa forma, os jesuítas vieram a serem expulsos por Marquês de Pombal, e a organização da educação se deu sob seu domínio de forma a respeitar e impor os interesses do Estado. A história da EJA no Brasil se deu de forma invariável, não havia ação do governo quanto ao desenvolvimento de políticas educacionais que viessem atender esse público. A primeira constituição Brasileira foi outorgada após a proclamação da independência, no seu artigo 179 diz que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”, mesmo assim nem todos tinham acesso, principalmente à classe pobre, no decorrer do século houve muitas reformas.

Soares (2004) cita que no Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. É fundamental mencionar que nos anos 1930, a partir do governo de Getúlio Vargas com a criação do regime militar chamado de “Estado Novo”, houve o interesse de organizar a educação de forma a atender as demandas do setor produtivo, forte naquela época pelas políticas de substituição de importação, dadas a partir da necessidade de organização do Estado frente às consequências da Primeira Guerra Mundial. Soares (2004) destaca que a constituição de 1934, embora tenha sido mais progressista no que se refere a educação, perdeu espaço para a nova constituição de 1937, que tirava do Estado a responsabilidade para com a formação educacional no país.

Ghiraldelli Jr. (2008) cita que a constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. Importante mencionar que o ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. Ressalta-se que com o objetivo de favorecer o Estado retirando toda sua responsabilidade, foi criada a constituição de 1937, favorecendo o ensino profissionalizante.

Aranha (2016) confirma que com intuito de capacitar os jovens para trabalhar nas indústrias, sem interesse de transmitir o conhecimento científico, a educação seria para poucos, pois o povo sem educação estaria suscetível ao que lhe era imposto. Surge na época do regime militar o movimento de alfabetização “MOBRAL”, no intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil. O método adotado pelo Mobral era o de ler e escrever, com o mesmo intuito do precursor da educação de jovens e adultos, Paulo Freire, educador que sempre lutou pelo fim da educação elitista, com o objetivo de desenvolver uma educação libertadora e democrática, que visava partir da realidade vivida do aluno.

Segundo Aranha (2016, p.209):

Ao longo das mais diversas experiências de Paulo Freire pelo mundo, o resultado sempre foi gratificante e muitas vezes comovente. O homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um “fazedor de cultura” e, mais ainda, que a condição de inferioridade não se deve a uma incompetência sua, mas resulta de lhe ter sido roubada a humanidade. O método Paulo Freire pretende superar a dicotomia entre teoria e prática: no processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, de certa forma. Percebendo – se como sujeito da história, toma a palavra daqueles que até então detêm seu monopólio. Paulo Freire se preocupava com formação crítica dos educandos, a base da sua metodologia era o diálogo, o Mobral usava cartazes, fichas, família silábica, porém não baseava-se no diálogo. Nesse sentido, pode-se inferir que o diálogo e sua ausência no Mobral como método de ensino de jovens e adultos era a principal característica que o diferenciava do método de Paulo Freire, ao mesmo tempo que, ficava limitada a formação crítica do aluno, que aprendia a ler e escrever destituído de uma visão de mundo crítica e interventora, sua pretensão era portanto, formar sujeitos aptos a consumir e adaptados as novas formas de produção.

Ressalta-se que o projeto Mobral permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o Brasil, tendo em vista que a proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas. Para Bello (2013) somente no século XX é que a educação de jovens e adultos obteve uma considerável valorização. A história da educação de jovens e adultos no Brasil é recente, durante muitos anos as escolas noturnas eram os únicos meios de alfabetização, constituíam-se em espaços informais, pois quem sabia ler e escrever transmitia aos que não sabiam, depois de um dia árduo de trabalho, o que exigia esforço por parte dos educandos. O crescimento da industrialização atraiu aos centros urbanos migrações da zona rural, os que migravam tinham a expectativa de melhorar a qualidade de vida, esses trabalhadores precisavam ser alfabetizados, o que demandou o crescimento das escolas de alfabetização de jovens e adultos.

Soares (2004) ressalta que na década de 40 foi lançada a campanha de alfabetização em três meses, a alfabetização que naquela época era condição para participar de eleições também contribuiu para a criação de escolas de EJA. Com a lei de diretrizes e bases - LDB 5692/71 implantou-se o supletivo, essa lei dedicou-se especificamente ao ensino de jovens e adultos. Em 1974, o MEC propôs a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES), que se organizavam com o trinômio tempo, custo e efetividade. Devido à época vivida pelo país, de inúmeros acordos entre MEC estes cursos oferecidos foram fortemente influenciados pelo tecnicismo, adotando-se os módulos instrucionais, o atendimento individualizado, a auto-instrução e a arguição em duas etapas - modular e semestral. As conseqüências foram: a evasão, o individualismo, o pragmatismo e a certificação rápida e superficial.

No ano de 1985 veio o fim do Mobral, que deu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EJA. Com a promulgação da constituição de 1988 o estado aumentou o seu compromisso com a educação de jovens e adultos. Na década de 1990 incumbidos pelo governo ocorreram parcerias entre Ong's (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, em prol de melhorias da educação de jovens e adultos, sendo a EJA registrada e intitulada como "Boletim de ação Educativa". Os cursos de EJA são oferecidos atualmente nas formas: presencial, semipresencial e a distância (não presencial) além de exames supletivos.

Ribeiro (2011) destaca que a partir das diretrizes e orientações metodológicas apresentadas, no que se refere aos conteúdos, a educação de jovens e adultos deve atender aos preceitos curriculares referentes a cada nível de ensino em que está associada (ensino fundamental e ensino médio), tanto em termos de elaboração dos cursos presenciais como semipresenciais e não-presenciais. Quanto à organização curricular da educação básica, a LDB (art. 26) estabelece os currículos da educação básica (no ensino fundamental e no ensino médio) compreendem uma base nacional comum, a ser adotada por todos os sistemas de ensino, e uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais (relativas à sociedade, à cultura, à economia e à clientela), referentes aos respectivos sistemas de ensino. Esse artigo se refere ao que deve-se considerar a realidade do educando. A partir das orientações gerais da LDBEN cabe aos sistemas de ensino definirem, em seu âmbito, a estrutura, o currículo, a proposta pedagógica e o devido acompanhamento, tendo por base também as diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos. A própria instituição de ensino pode variar a estrutura e duração do curso obedecendo à legislação educacional. Em relação aos conteúdos e propostas curriculares, deve-se ressaltar orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os anos do ensino fundamental e para o ensino médio.

Gadotti e Romão (2015) destaca que são medidas que irão proporcionar elementos que propiciam a elaboração e implementação de propostas curriculares adequadas às especificidades dos alunos dessa modalidade de ensino. O ensino presencial pode ser oferecido durante todo o ano correspondido com o ensino regular, focado em metodologias diferenciadas, podendo também ser oferecido semestralmente sendo que cada semestre corresponde a um ano. O ensino semi-presencial pode ser oferecido de diversas formas, avaliado em exames supletivos e estudos modulares, e o ensino a distância (o não presencial) a presença não é obrigatória. A educação de jovens e adultos é um direito obrigatório garantido por lei, considerando as experiências não-formais, que inclui no currículo vivências e práticas, de forma a permitir a interação e o diálogo entre os educandos. Faria (2015) destaca que o conceito de educação de jovens e adultos vai se movendo na direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer exigência à sensibilidade e a competência científica dos educadores e educadoras. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores de que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Paulo Freire precursor da educação de jovens e adultos defende que o conhecimento através da educação é instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, mas o do ato de educar é um ato político.

3.3 FORMAÇÃO DOCENTE VOLTADA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As exigências para a formação de docentes dessa modalidade são as mesmas dos outros níveis de ensino. Com efeito, a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do CNE, define que a formação inicial e continuada de profissionais para a educação de jovens e adultos terá conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I. ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica; II investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas; III. desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV. utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (art. 17).

Reforça-se que a formação mínima no Brasil para atuação na educação de jovens e adultos, nos dois níveis de ensino, passou a ser de nível superior. O Estado, exige qualificação técnica compatível com a modalidade de ensino, seja pra lecionar na cidade ou no campo.

Aquino (2016) afirma que atualmente, através da formação continuada, ocorre o acesso de muitos professores ao nível de pós graduação com formação voltada justamente à educação de jovens e adultos, o que tem contribuído de forma considerável para a formação e o preparo do profissional nessa área de ensino. A formação continuada do professor, permite que o mesmo reflita sobre suas ações e repense a sua prática, com a elaboração de planos e/ou projetos que possam aprimorar a sua prática educativa. Alfabetizar jovens e adultos é uma ação que exige compromisso, envolve também a afetividade, o gosto e a responsabilidade, é peculiar e nem sempre se dá da mesma forma como se alfabetiza uma criança na infância. O professor alfabetizador deve partir dos princípios de ação-reflexão-ação e deve estar aliado à formação continuada. É fundamental que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é importante valorizar o conhecimento que este aluno possui, pois durante toda a vida o aluno adquire um vasto conhecimento do senso comum, daí a importância da valorização de suas experiências de vida, é claro sem se limitar a ele.

Leal, (2005, p.114) sugere que:

O diálogo tem que estar presente nas aulas, o professor tem que usar uma linguagem simples e acessível. O professor é um incentivador, deve estimular os alunos, de forma a alcançar a motivação dos mesmos, o que faz da fase motivadora um aspecto fundamental no processo de ensino e aprendizagem. É muito importante que o professor conheça a realidade de seus alunos, seu cotidiano, suas vivências, que servirão de conteúdos a serem trabalhados. A prática da ação-reflexão-ação permite ao professor lançar estratégias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Ao observar turmas da EJA é comum perceber que os professores regentes em tais turmas são geralmente professores experientes que despertam a confiança em seus alunos, e que acreditam na educação como foco de mudança. O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional.

Desta forma, destacamos que esse é um saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção. Para um projeto de formação numa base reflexiva, torna-se fundamental conhecer e valorizar esses conhecimentos que são constituídos pelos professores, seja através de uma reflexão teórica, seja através desses processos eminentemente assistemáticos. Quando o professor está inserido na realidade dos alunos, isso lhe dá subsídio para melhor compreender as experiências de vida dos mesmos, no entanto, atualmente essa inserção fica comprometida dada a precarização das condições de trabalho do professor, que se submete a extensivas jornadas de trabalho, perambulando por diversas escolas, sendo essas algumas dificuldades de inserção e conhecimento dessa realidade pelo professor.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, destinada a jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade própria, que se propõe a oferecer-lhes oportunidades educacionais adequadas às suas características, interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames, sendo assim, é pautada pela inclusão e pela qualidade social. De acordo com a Resolução n.º 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE) – que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, no que se refere aos conteúdos, a educação de jovens e adultos deve atender aos preceitos curriculares referentes a cada nível de ensino ao qual está associada (ensino fundamental e ensino médio). O fato é que o educando jovem e adulto vive uma realidade totalmente diferente da realidade de um educando que se encontra no ensino regular, e esta, exige do professor uma formação específica que lhe dê a capacidade de selecionar conteúdos, utilizar procedimentos e criar alternativas que possibilitem uma compreensão satisfatória da realidade e uma prática pedagógica voltada de forma mais adequada ao aluno.

Cruz (2015) aborda que ao chegar à escola os alunos da Educação de Jovens e Adultos, normalmente estão desmotivados, enfadados, sofrem com o fracasso escolar, muitos não tem emprego, não tem tempo para dedica-se ao estudo. É nesta visão que os educadores desta modalidade devem desenvolver seu trabalho, desenvolvendo atividades que aumentem a autoestima destes alunos, e para que isso aconteça o professor não pode ter simplesmente uma postura de transmissor de conhecimentos, mas sim de inovador, de mediador que procura criar novos métodos, novas metodologias de ensino.

Fonseca (2003) diz que cursar o ensino regular na idade apropriada, ou seja, com alunos da mesma faixa etária, pode favorecer o aprendizado dos alunos, a relação entre os discentes, facilitando assim a aprendizagem no ambiente escolar. No entanto, muitas crianças abandonam os estudos ainda no ensino regular, muitas vezes, não tendo a oportunidade de serem alfabetizadas. Podemos dizer que um dos principais motivos desse abandono escolar é a necessidade de trabalhar para auxiliar na renda mensal da família. Porém, quando chegam à fase adulta, essas crianças que agora são jovens e muitas vezes, adultos, sentem a necessidade de iniciar ou dar continuidade em seus estudos. Isso se deve ao fato que, atualmente a sociedade e, especificamente, o mercado de trabalho exige o mínimo de qualificação profissional (Ensino Médio). Desta maneira, muitos jovens e adultos procuram se qualificar, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Então, estes jovens e adultos ingressam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que de acordo com o artigo 37º da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 da LDB, “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Quando esses jovens e adultos retornam à escola, eles se deparam com outra realidade, passam a conviver com pessoas da sua mesma idade ou idade mais avançada. Desta forma, se faz necessário por parte dos professores, um ensino alinhado à realidade desses jovens e adultos, pois, muitos destes discentes trabalham e têm responsabilidades familiares, como por exemplo, filhos. Desta maneira, é importante que os docentes que irão trabalhar com esses jovens e adultos se atentem para a realidade de seus alunos, pois os mesmos não são mais crianças e necessitam de um ensino diferenciado.

De acordo com Oliveira (2017), um dos principais problemas encontrados na Educação de Jovens e Adultos é a infantilização dos discentes, em que não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças do ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereceriam maior atenção, são muitos. A infantilização dos discentes é um dos grandes problemas encontrados na EJA, pois o fato desses jovens não ter cursado o Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada, faz com que muitos professores desenvolvam métodos de ensino parecidos, se não iguais aos de crianças, ainda no início da escolarização. No entanto, não podemos deixar de levar em consideração que esses discentes são adultos, providos de experiências extra-escolares.

Ribeiro (2011) destacam que ao falarmos da atuação dos professores em salas de EJA, não podemos deixar de mencionar a importância de uma formação acadêmica de qualidade, ou seja, uma formação na universidade que contemple essa modalidade de ensino. Podemos dizer que muitos discentes saem da universidade para o campo profissional sem terem o conhecimento necessário para atuar com esse público diferenciado (referência ao fato que o ensino para os alunos Jovens e Adultos, requer um ensino diferente do oferecido para as crianças). Essa má formação acadêmica é percebida quando os professores assumem uma turma de EJA, em que se deparam com um público estudantil diferenciado, com anseios e vivências diversificadas, que necessitam de um ensino direcionado para a sua realidade. A formação continuada para professores é uma oportunidade de suprir as falhas recorrentes da formação acadêmica, proporcionando aos docentes, aprendizagens que visam aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo, é fundamental que a equipe docente esteja bem preparada, por este motivo é extremamente importante uma formação continuada, onde todos tenham a oportunidade de repensar a sua prática.

3.4 LINHAS DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

3.4.1 Quanto à demanda de EJA

A realidade brasileira é a existência de uma significativa parcela da população que não realizou na faixa etária adequada todas as modalidades de ensino, e, embora o analfabetismo tenha diminuído, ainda são muitos os brasileiros que ainda não terminaram sequer o Ensino Fundamental. Para Soares (2004) é preciso ampliar a oferta de educação básica para os jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, e mantê-la enquanto não tiver sido assegurada a todos a efetiva oportunidade de acesso e progressão com sucesso à escola fundamental na idade própria e propor à escola redimensionar o seu atendimento a jovens e adultos, encontrando modos que, sem renunciar à sua função precípua de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas condições concretas de vida da população trabalhadora.

3.4.2 Quanto à especificidade da EJA – Educação de Jovens e Adultos

No que diz respeito à especificidade da Educação de Jovens e Adultos, é necessário compreender segundo Gadotti e Romão (2007) que é preciso:

Adotar modelos de atendimento em EJA que convirjam para as diferentes necessidades e situações concretas de vida da população, respeitando suas características de aluno trabalhador; Considerar na EJA, as características psicossociais próprias do jovem e do adulto que nunca foram à escola ou que volta aos bancos escolares, além das habilidades e conhecimentos comuns aos diversos sistemas que dão base à construção de uma identidade nacional; Promover maior flexibilidade na metodologia, na organização curricular e na duração dos programas de atendimento educacional, tendo em vista as características culturais, sociais e econômicas dos grupos atendidos; Avaliar contínua e sistematicamente a educação de jovens e adultos dadas as suas características de flexibilidade e diversidade e apoiar propostas feitas pelos movimentos sociais e/ou instituições da sociedade civil para a satisfação das necessidades educacionais com vistas a resolver problemas específicos. Assegurar eficaz transparência e controle social dos mecanismos de financiamento, da operacionalização, dos resultados das políticas adotadas e dos programas realizados; Criar espaços públicos e canais à contínua participação da sociedade civil organizada, viabilizando a democratização da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação de jovens e adultos; Incentivar a participação de associações, conselhos, sindicatos, igrejas, comissões de educação, comunidade escolar, projetos populares e clubes de serviço, entre outros, na execução da política de educação de adultos nos municípios; Promover as propostas de abertura da escola à comunidade, estimulando a intervenção ativa desta para a elevação da qualidade educacional; Articular os programas de educação de adultos da rede pública com as experiências de educação de adultos que fluem no interior dos movimentos populares.

Nota-se que o caminho a percorrer na Educação de Jovens e Adultos ainda é longo, é preciso adaptar o EJA, para a nova realidade brasileira, é preciso mais sistematização desta modalidade de ensino, assim como adaptação as necessidades dessa clientela, para evitar ou diminuir a evasão escolar, muito frequente principalmente entre os jovens que estudam no período noturno das escolas nas mais diferentes regiões do país.

3.4.3 Quanto ao financiamento da EJA

Não basta apenas pensar em uma modalidade de ensino sem ter para a mesma a estrutura necessária a seu funcionamento, e, para tanto é necessário recursos financeiros para custear toda uma estrutura. Gadotti e Romão (2007) sobre o financiamento da EJA destacam:

É necessário que o governo pense em ampliar os recursos financeiros destinados à educação de jovens e adultos nas diversas esferas governamentais, de modo a criar condições para superar os enormes desafios colocados para atender às necessidades educacionais destes segmentos etários; Assegurar que os percentuais mínimos de dotação orçamentária da receita tributária da União, Estados e Municípios a serem obrigatoriamente aplicados na educação básica incluam o atendimento a jovens e adultos; Respeitar os critérios de prioridade de alocação de recursos definidos participativamente em cada nível de governo, e propiciar mecanismos de controle que garantam a transparência da distribuição e aplicação destes recursos; Tornar transparentes e democratizar a gestão dos fundos formados por contribuições das empresas e direcionados ao ensino básico e profissional; Alocar recursos nos três níveis governamentais para formação e aperfeiçoamento de profissionais que atuam na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Reforça-se que os autores somente expõem uma necessidade proeminente, que de fato deve ser um esforço de todas as esferas governamentais. E, ressaltam que é necessário não somente investimentos na estrutura organizacional como também na capacitação profissional dos docentes que irão ministrar as aulas da Educação de Jovens e Adultos, com vistas a conscientização de que se trata de um ensino com certas especificações, características próprias, que precisam ser bem compreendidas e aceitas por todos, não somente pelo governo, mas também e principalmente, por docentes e todo o corpo técnico da escola que irão estar a frente do trabalho educacional com jovens e adultos dessa modalidade de ensino.

3.4.4 Quanto à EJA e trabalho

Gadotti e Romão (2007) sobre a Educação de Jovens e Adultos abordam a questão do trabalho, e, esclarecem que é preciso:

Promover a negociação ampla com setores públicos e privados para possibilitar a presença do trabalho no processo educativo e vice-versa; Estimular a articulação entre os responsáveis pelas políticas de emprego e os órgãos educacionais; Estabelecer uma política de incentivo para as empresas engajarem-se no esforço de alfabetização de seus funcionários; Fomentar o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos nas empresas públicas e privadas e durante a jornada de trabalho, sobre a orientação do sistema de ensino, garantindo a continuidade dos estudos; Estimular os empregadores a liberarem os funcionários de parte da jornada de trabalho para cursos de formação; Articular com as escolas técnicas e agências de formação profissionalizante cursos de curta duração, para iniciação profissional de alunos matriculados nos cursos de suplicância de 1º grau.

Reforça-se que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, já nasceu com a consciência de que seria uma modalidade de ensino voltada a um público muito específico, que não frequentou a escola na faixa etária comum a todos os que ingressam no sistema educacional, e, necessitam recuperar o tempo perdido, e, neste caso, em sua maioria, são pessoas que já estão no mercado de trabalho, que tem que sustentar família, tem compromissos assumidos. Por isso, ao se pensar na EJA, tem também que se ter a consciência que sua clientela, é em maioria, de trabalhadores, pais e mães, filhos que precisam ajudar na renda familiar. Pessoas que chegam cansados do trabalho e tem que se arrumar novamente e ir a escola. Por isso, que a EJA, necessita ser uma modalidade que supra necessidades educacionais e profissionais.

3.4.5 Quanto à formação e condições de trabalho dos educadores de jovens e adultos

Gadotti e Romão (2007) sobre a EJA no que diz respeito à formação e condições de trabalho dos educadores de jovens e adultos, demonstra que é necessário:

Incentivar as faculdades de pedagogia e cursos de pós-graduação a contemplarem a EJA em seus currículos, oferecendo-se uma base sólida comum a todo professor que queira atuar no ensino fundamental, para crianças, jovens e adultos, base essa que incluirá, necessariamente, a teoria e a prática da alfabetização; Incentivar a adoção de estágio obrigatório de um período letivo em classes de EJA, como estratégia de formação de recursos humanos e de apoio ao professor alfabetizador; Estimular a profissionalização do educador de adultos pelo sistema público de ensino; Incentivar o Estado a proceder à formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da educação pública requerida pela sociedade, incluindo nessa perspectiva a formação de professores que estejam aptos em educação de adultos para atender com qualidade a demanda de educação básica dessa população; Estabelecer, na perspectiva de carreira única, condições de isonomia de trabalho e salário dos profissionais da educação, de acordo com a habilitação; Implantar cursos de extensão e especialização em educação de adultos para profissionais de EJA em exercício; Viabilizar processos de capacitação permanente dos profissionais de educação de adultos; Buscar apoio das universidades, faculdades de educação e escolas normais no desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento de professores e habilitação de leigos; Recomendar que o professor que atua em programas de organizações não governamentais financiados pelos organismos do governo tenha direito à remuneração, além de capacitação e apoio técnico.

Reforça-se a importância da formação e condições de trabalho dos educadores de jovens e adultos, e, a relevância da capacitação continuada destes profissionais em prol da melhoria da qualidade desta modalidade de ensino no Brasil.

3.4.6 Quanto à qualidade, currículo e metodologia

Gadotti e Romão (2007) destacam sobre a qualidade, currículo e metodologia, apontando o que é necessário para a Educação de Jovens e Adultos:

Definir parâmetros de qualidade para a EJA, garantindo as condições para sua exequibilidade; Estimular a elaboração e implantação de currículos e metodologias próprias à EJA; Estimular ao trabalho de integração entre a prática e a teoria no processo de alfabetização de jovens e adultos; Estimular e facilitar o domínio e dos recursos para avanços tecnológicos nas comunicações, teleprocessamentos, e informatização dos setores que atuam no campo de educação como um todo, evitando sua apropriação apenas por grupos privilegiados. Metodologia voltada a facilitar o conhecimento por parte de jovens e adultos.

Ressalta-se que existe uma relação entre a qualidade do ensino, do currículo e da metodologia a ser aplicada. O currículo tem que estar adaptado a realidade do alunado, as necessidades de aprendizagem nessa faixa etária da vida, a metodologia deve seguir este mesmo caminho, e, facilitar o processo ensino-aprendizagem. Unindo estes fatores, então poderemos afirmar sobre ter a EJA qualidade de ensino, sobre real aprendizado dos alunos inseridos nessa modalidade de educação no Brasil.

3.4.7 Quanto aos materiais didáticos

Gadotti e Romão (2007) afirmam que quanto aos materiais didáticos da Educação de Jovens e Adultos, se faz preciso:

Beneficiar os jovens e adultos atendidos em educação fundamental com programas suplementares previstos constitucionalmente: material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; Estimular a produção e circulação de material de leitura para jovens e adultos; Buscar apoio das universidades, faculdades de educação e escolas normais na produção de material didático e material para o leitor jovem e adulto; Criar uma política de incentivos para a produção de textos para leitura de alfabetizandos e recém alfabetizados envolvendo estímulos e editoras e escritores, equipamentos de reprodução, materiais de impressão etc.; Ampliar, por meios impressos e multimeios, a elaboração, produção, distribuição e avaliação de materiais didáticos próprios à EJA, em especial aqueles destinados às etapas de pós-alfabetização, e aos conteúdos relacionados aos problemas sociais coletivos em seu contexto estrutural (drogas, sexualidade, proteção à infância, Aids, violência, educação do consumidor, orientação profissional, entre outros).

Ressalta-se que a leitura facilitada a esta modalidade de ensino é a maior estratégia quando se fala de materiais didáticos para a EJA. Os livros didáticos devem ser atrativos e facilitadores do saber, da compreensão por parte do educando, e que oportunize o verdadeiro letramento, para que a Educação de Jovens e Adultos, tenha um real significado e faça frente as demais modalidades de ensino, e, possam conduzir com eficiência os alunos a modalidade de ensino superior com bom aproveitamento do ensino fundamental e médio pelo EJA.

3.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS TENDÊNCIAS

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade. É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito. Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir, no sistema, a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores. Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico. Neste caso, a Educação de Jovens e Adultos está contemplada como um ensino que também merece a atenção do poder público, por isso, é fundamental que se verifique as diretrizes traçadas para esta modalidade de ensino no Brasil, com intuito de concretizar todas as metas que visem o aprimoramento do sistema, e, conseqüente evolução educacional dos alunos inseridos neste tipo de sistema educacional brasileiro, sem perder em qualidade.

Leal (2005) afirma que a tendência da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é a modernização do sistema, tal qual já está ocorrendo nas demais modalidades de ensino do país, para que alcance maior número de pessoas fora da escola e ofereça maior oportunidade de conhecimento e evolução educacional a toda população que por algum motivo não pode estudar na idade adequada para as modalidades de ensino do Brasil. A EJA, pode ser transformada (e a nível particular já acontece), em modalidade de ensino EaD (Educação à Distância), mas ofertado em rede pública de ensino em todo o país. É uma alternativa para as pessoas que trabalham, que não tem tempo de freqüentar o ensino regular. Talvez, essa modalidade de ensino reunidas (EJA e EaD) podem contribuir significativamente para diminuir ou até erradicar a evasão escolar no ensino fundamental e médio do EJA.

3.6 EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

A evasão escolar em qualquer nível de ensino é um desafio para os profissionais da educação e uma chaga no nosso sistema de ensino. Números da evasão no Brasil mostram que a todo ano milhares de crianças e adolescentes deixam as salas de aulas pelos mais diversos motivos. A maioria desses alunos, retornaram às salas de aulas com uma defasagem idade/série que inevitavelmente, os trará conflitos variados e mais uma vez evasão. É neste contexto que está inserida a Educação de Jovens e Adultos, para atender a essa clientela tão diversa e de interesses distintos. As causas da evasão na EJA, como aponta nosso referencial, são diversas, como é diversa a sua clientela, como por exemplo, problemas socioeconômicos, falta de qualificação dos profissionais e metodologias inadequadas.

Arroyo (2011) destaca que o primeiro ponto a destacar quanto a esse fenômeno é que não se trata apenas de uma evasão, mas duas, a evasão que já aconteceu no tempo normal e a que está acontecendo agora, dentro da EJA. Em relação à primeira evasão, os motivos estão diretamente ligados às condições sociais dos indivíduos evadidos. Esse fato está relacionado à desigualdade social em tempos de exclusão, miséria e falta de emprego, terra, de teto e de condições dignas de vida impostos a uma parcela significativa da população. As desigualdades sociais são os principais motivos que não deixam diminuir a porcentagem de alunos que necessitam da EJA, pois tendo evadido no tempo normal, futuramente esses indivíduos recorrerão a essa modalidade de ensino pelos mais diversos motivos e com um encargo ainda maior dessa condição social.

Jardilino e Araújo (2014) afirmam que a EJA está diretamente relacionada com “o contexto social de alunos, professores e comunidade, atendendo a um público específico (de jovens e adultos) e que mais tarde retorna às instituições de ensino buscando concluir seus estudos básicos. Geralmente são alunos já inseridos no mercado de trabalho e que não visam apenas a certificação, mas esperam continuar seus estudos (chegando até a universidade) a fim de ascender social e profissionalmente. O que as duas evasões tem em comum são justamente os motivos, que variam de fatores externos, familiares e internos, levando o educando a não querer repetir uma experiência de fracasso. Para Jardilino e Araújo (2014) os motivos da evasão na EJA são vários: desde a necessidade de trabalho até os fatores educacionais. Já Cruz e Gonçalves (2015) afirmam que quando tratamos desses motivos, notamos nitidamente uma contradição entre discurso e realidade, pois os mesmos afirmam que estudar é importante e que retornam por reconhecer a importância, mas quando estão matriculados, uma parte significativa evade.

Segundo Arroyo (2006) são muitos os fatores que propiciam este abandono. O combate à evasão escolar deve ser uma medida urgente e que deve ser pensada e não tolerada. Sabendo os principais motivos para essa evasão/retorno/evasão, nos deparamos com a problemática de como evitar nova saída e fazer com que os alunos terminem o ano letivo, inserindo-o criticamente em seu processo histórico. Há muitos desafios a serem enfrentados para garantir o desenvolvimento e permanência escolar dos alunos da EJA. As propostas para esta modalidade de ensino necessitam serem traçadas e contextualizadas com o cotidiano desses sujeitos. A reconfiguração da EJA não pode começar por perguntar-nos pelo seu lugar no sistema de educação e menos pelo seu lugar nas modalidades de ensino. O ponto de partida deverá ser perguntar-nos quem são esses jovens e adultos. Precisamos considerar porque esses sujeitos, principalmente os trabalhadores, devido as mais variadas circunstâncias cotidianas interrompem os estudos. Os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares, não tiveram acesso, na infância e na adolescência ou dele foram excluídos as oportunidades, por inúmeros fatores socioeconômicos e culturais.

As discussões dos autores, defendem a importância de uma educação voltada para esse público, que desenvolva a capacidade de conhecer dos sujeitos e não apenas vivenciar propósitos educativos mercantilistas, a-históricos, subjugados aos projetos hegemônicos de conhecimentos e saberes propagados com um grupo privilegiado. Miranda (2012) afirma que a década de 1960 foi marcada pela experiência na educação de jovens e adultos desenvolvida por Paulo Freire, a qual consistia na ideia de que o estudante é também sujeito da aprendizagem. Freire desenvolveu além de uma metodologia de ensino para esses jovens e adultos, pois esta permitia desenvolver a metodologia, suas práticas, implantar, tornar realidade, tornar esses sujeitos massificados e passivos como sujeitos presentes na sociedade e que se reconhecem como parte dela. A educação que foi negada a esses adultos, seja por não terem acesso ou por uma primeira evasão no tempo comum, faz refletir como essa educação está sendo hoje, quais os desafios, perspectivas e porque ocorre uma nova evasão.

A concepção clara dessa modalidade, precisamos conhecer os sujeitos da EJA, sua história, suas expectativas, pois todos esses pontos são levados em consideração na construção de propostas e projetos voltados para atendê-los. A necessidade dessa modalidade surgiu a partir da necessidade educacional, é preciso considerar que a evasão escolar é uma situação problemática, que se produz por uma série de determinantes. Convém esclarecer que o termo evasão escolar será entendido como resultado do fracasso escolar do estudante e da própria instituição escolar, como se verá mais adiante ao estudar as causas e conseqüências da evasão escolar, assim também, como seus efeitos na produtividade da escola.

Vasconcelos (2015) destaca que torna-se relevante explicar que produtividade será tomada sob dois aspectos: um diz respeito à conclusão dos estudos pelo aluno e outro se amplia para abranger o próprio resultado da apropriação do saber em seu sentido mais amplo, capaz de levar o aluno a se constituir como cidadão e sujeito histórico. Entender e interferir positivamente no processo da evasão escolar é um desafio que exige uma postura de desconstrução das verdades construídas pelos leitores, assumindo assim uma atitude reflexiva diante dos conhecimentos prévios acerca da evasão escolar. Por muito tempo, o imaginário escolar e docente aparentou aceitar com muita tranqüilidade o fracasso escolar traduzido por aprendizagem ineficiente e evasão escolar como fator social e cultural, se eximindo de toda e qualquer culpa. Contudo, na última década, essa passividade toma outra característica: a dúvida sobre a legitimidade do fracasso escolar voltada para a cultura social e política, segregadora e excludente; ou se a escola ingenuamente não reproduz essa mesma sociedade contribuindo para que os alunos continuem excluídos da sociedade.

Arroyo (2011) na verdade, a afirmação apresentada sobre as causas da evasão é concebida como algo fora do contexto escolar, inclusive inerentes aos próprios alunos. Nesse sentido, constatou-se que a aparência mais esconde que revela a essência. O problema social vem carregado de influências e determinantes, visto que a tarefa é descobrir as manifestações que estão por detrás dos fatos. Diante dessas constatações o poder que o professor tem nas mãos para lutar contra essas adversidades é a necessária preocupação com a evasão escolar, traduzida na prática pedagógica centrada exclusivamente no conhecimento, já que essa característica é específica do âmbito escolar. Isso implica em assegurar conhecimentos teóricos envolvendo a educação nos seus fundamentos e como instituição escolar, para trabalhar sem interferência das outras áreas da ciência que explicam os fenômenos educacionais, sendo eles, aceitos sem discussão pela sociedade e até pela comunidade escolar.

Aquino (2016) imputar ao professor individualmente todos os defeitos da educação é tão injusto quanto livrá-lo de toda responsabilidade, assim é interessante mencionar nessa reflexão que o professor deve proporcionar a todos os seus alunos informações, fornecendo-lhes material cultural relevante que responda aos objetivos e conteúdos da série correspondente, que seja apropriada, que esteja adaptada às suas possibilidades e possa, portanto, ser compreendida por seus alunos, individualmente. Nota-se que o trabalho educativo é marcado pelo pragmatismo, existe um bloqueio, que distancia os professores e os teóricos da educação. As escolas e seus protagonistas discordam das verdades ditas pelos estudiosos sobre os assuntos educacionais; por outro, a distância parece aumentar a cada dia, e junto com eles os problemas, trazendo maior desvalorização para a profissão.

Essa forma de considerar as práticas cotidianas, possibilita problematizar a apatia e o conservadorismo que comumente são associados à figura dos professores, em oposição ao teor inovador atribuído aos discursos acadêmicos e às propostas neles veiculadas. A esse respeito Faria (2015), esclarece que a educação, como parte da sociedade, não está isolada, fazendo parte do contexto social, político e econômico e aí se encontra a raiz do problema educacional: “tudo pode e nada pode fazer”. Necessário se faz recuar um pouco, mostrando que a história conta que a escola está mais a serviço da conservação do poder instalado, reproduzindo as relações sociais vigentes, do que como fator de mudança. Ao enfrentar crises, as pessoas preferem fazer o que estão acostumadas, por insegurança daquilo que possa vir a acontecer, assim se explica também o motivo pelo qual os professores recusam a renovação didática, mas a escola pode ser fator de mudança.

Segundo Oliveira (2017) a Evasão escolar e suas causas, estão descritos nos textos que procuram evidenciar a procura pelas causas do fracasso escolar alguns estudos já mostraram que os fatores vinculados aos alunos, como: suas capacidades, sua motivação ou sua herança genética são determinantes. Outras perspectivas, pelo contrário, deram ênfase principalmente aos fatores sociais e culturais. O fato de que as classes socialmente desfavorecidas apresentem uma porcentagem superior de fracasso reforça tal posição. Existem também visões alternativas que situam, em segundo plano, os fatores individuais e sociais e atribuem a responsabilidade maior ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores. Entretanto o resultado do fracasso escolar é o produto da interação de três tipos de determinantes como aponta Oliveira (2017): psicológicos: referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos; socioculturais: relativos ao contexto social do aluno e as características de sua família; e, institucionais: baseadas na escola, tal como, métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação. Somado a esses três fatores, encontra-se também aqueles ligados à economia e à política.

Vasconcelos (2015) afirma que é de extrema importância que se esclareça que, dada sua complexidade para refletir sobre eles em um único artigo, a discussão estabelecida aqui refere-se apenas a questões ligadas a fatores institucionais: sobre a escola e a prática pedagógica; e alguns problemas de ordem psicológica, como dificuldades de aprendizagem. Ficou evidente nas necessidades de mudanças o fazer pedagógico e questões relacionadas ao funcionamento da própria escola, haja vista os problemas apresentados pelos questionados, sendo apontados: a rotatividade dos professores, a prática de alguns docentes, a organização das disciplinas envolvendo carga horária e dias de funcionamento e a evasão escolar, caracterizada por aumento constante de infrequência nas aulas.

Nas palavras de Oliveira (2017) é preciso considerar a condição de não crianças, do grande contingente de excluídos da escola somados a fatores culturais determinantes no grupo de alunos da EJA. Em primeiro lugar um aspecto cultural do aluno da EJA, é sua especificidade cultural, presente na situação de excluído da escola regular, em segundo é a adequação dos currículos e programas para uma clientela que a princípio não é a sua. As situações de aprendizagem apresentadas não podem ser as mesmas do ensino regular, uma vez que os adultos possuem habilidades e dificuldades específicas, e uma capacidade maior de reflexão sobre si mesmo e o seu próprio processo de aprendizagem. Entre as dificuldades do aluno da EJA, relacionados à escola aparecem: a importância da experiência pessoal, as dificuldades referidas à abstração dos conteúdos e à sistematização dos mesmos e o restrito uso de processos metacognitivos não concorda com concepções baseadas no culturalismo, ao alegar que levada ao extremo pode levar a um “relativismo radical e espontaneísta”.

Soares (2004) diz que ao considerar a realidade e a cultura do aluno com os conhecimentos adquiridos para o desenvolvimento de suas vidas e seus costumes em determinados grupos culturais, não permitiria muitas influências e interferências no sentido de mudanças relacionadas ao modo de viver desses grupos. Com base nesse pensamento chega-se a uma posição contrária aos objetivos educacionais relacionados à transformação do ser humano e sua realidade. Os adeptos dessa concepção afirmam que o fracasso escolar atribuído à escola emerge da postulação de que o problema está na distância entre o que esperam os alunos e o que a escola lhes oferece. Não há de se concordar com abordagens que se referem à distância intransponível entre a escola e o aluno baseadas na incapacidade de aprendizagem do aluno. Seguindo este pensamento, a interferência educativa apropriada, aliada à importância da escola como representante da sociedade letrada, podem ajudar os alunos a vencerem suas dificuldades e, conseqüentemente a exclusão social.

A situação da evasão escolar na EJA, tem como causas institucionais, o desencontro entre a escola e os alunos, o qual já foi assinalado anteriormante. Caracteriza-se por questões de aprendizagem e pela própria organização da escola, que funciona dentro de um contexto próprio, que deve ser conhecido por toda a comunidade escolar, uma vez que em seu interior a linguagem escolar concorre como a maior dificuldade à aprendizagem, maior até que o próprio conteúdo. Apenas pessoas com níveis mais altos de habilidade na leitura conseguem compreender instruções escritas, sendo assim Ribeiro (2011), enfatiza que para aprender, o leitor precisa avaliar com objetividade o que falta para se efetivar o conhecimento relacionado ao conteúdo estudado e quais informações devem ser completadas para que o processo de aprendizagem se complete.

Cruz (2015) afirma que a evasão escolar é caracterizada pelo abandono da escola, quando o aluno deixa de frequentar a mesma durante o período letivo. Muitos jovens e adultos acabam por abandonar os estudos por diversos motivos, entre os quais, dificuldade de aprendizagem, esgotamento físico, falta de motivação para aprender. Ainda segundo Cruz (2015) há casos também em que o indivíduo, já tendo contato com a escola em uma fase de sua vida, sente vergonha em retornar aos bancos escolares ou não consegue conciliar o horário para realizar o ingresso na modalidade de ensino regular, optando pela inclusão na EJA. Há vários estudos que relatam que um dos principais fatores que levam ao abandono escolar refere-se à necessidade de trabalho fora de casa.

Destaca Cruz (2015, p.255) que:

No caso dos trabalhadores precoces, a rotina de trabalho, que lhes causa cansaço físico (dores no corpo, na cabeça), sobrecarga de responsabilidades e desânimo, priva-os da brincadeira, e não raro, de estudar, passando a se tornar a referência primeira em termos de conhecimentos, ao invés das vivências escolares. Enquanto alunos, eles tendem a fracassar na escola, pois nesta são exigidas habilidades pautadas em parâmetros que somente a educação formal poderá oferecer, entre as quais: raciocínio lógico, pensamento abstrato, linguagem conceitual, conceitos aritméticos e algébricos, entre outros. Uma parcela significativa da população que abandona a escola após um tempo variável reconhece a falta de conhecimento e/ou ensino em suas vidas retornando assim aos bancos escolares. Estudar deixa de ser unicamente o meio através do qual se torna possível “adquirir coisas, é você poder se sentir, se posicionar diante da vida e das pessoas. As expectativas sócio-educacionais de jovens e adultos, é buscar a superação das dificuldades diárias por meio da escolarização e procuram no EJA, oportunidade para atender às exigências sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade. Eles afirmam que, depois que passaram a frequentar a escola novamente suas vidas melhoraram, pois aprenderam a ler e escrever, eles se comunicam melhor, aumentaram sua auto-estima, resolveram com mais facilidade os problemas do cotidiano, melhoraram o desempenho profissional e a visão da vida e do mundo.

Ressalta-se que esse processo de ressignificação da escola, cujo resultado mais significativo identificado com a pesquisa relaciona-se diretamente à possibilidade de a educação contribuir na luta em favor da efetivação dos direitos da cidadania. A evasão escolar no Brasil é decorrente principalmente da pobreza, sendo um problema social que vai além da competência da escola. Além disso, é importante destacar que devemos considerar também a incapacidade que têm os nossos governantes de tornarem a escola mais atrativa e eficiente, evitando assim a deserção escolar, pois, muitas escolas não têm condições mínimas estruturais e nem recursos didáticos. A intenção é refletir com os atores escolares os aspectos que circundam o tema, vindo de encontro com a necessidade de traçar de forma conjunta propostas, alternativas que resgatem os alunos evadidos e tenham sugestões de enfrentamento e prevenção ao tema proposto.

Sobre a evasão escolar Cruz (2015, p.260) destaca:

Entre os problemas educacionais mais persistentes está aquele da incidência do abandono escolar. Suas ramificações estão mescladas na trama da sociedade de hoje, uma sociedade mais velha cujas estruturas familiares diferem daquelas das décadas passadas. Elementos como pobreza, novos padrões de imigração e outras mudanças societárias urgem que implementemos uma reforma educacional que inclua a reabordagem sistêmica do problema do abandono escolar. Considerando este quadro dramático se percebe a impossibilidade dos alunos de escola pública, consequentemente de famílias de classe média e baixa, conciliarem estudo e trabalho. Mesmo assim, eles tentam ignorar o fracasso, acreditando que a escolarização lhes dará meios para melhorarem suas condições profissionais e de sobrevivência. Mas como, na verdade, a escola é feita para aqueles que não precisam trabalhar, ela faz de conta de que ninguém trabalha e coloca exigências que os que trabalham não têm tempo nem condições de cumprir.

Ressalta-se que os resultados escolares dos alunos que têm que combinar estudo com trabalho vão piorando cada vez mais, as reprovações e repetências vão se acumulando até que as crianças ou os próprios pais desistem. Os estados pobres são provavelmente aqueles que apresentam as maiores taxas de evasão, principalmente aqueles localizados no Norte e Nordeste do país. Faria (2015) destaca que a desmotivação é outro fator preponderante, pois os jovens não vêm mais na escola a saída para uma vida melhor, além desta não oferecer práticas pedagógicas atraentes para os alunos. A falta de perspectiva aliada à necessidade de trabalho, assim como a falta de transporte e os métodos de ensino levam cada vez mais os alunos a evadirem. O alto índice de alunos evadidos da escola, está em decorrência principalmente da necessidade de trabalho e a falta de vontade de estudar.

Friedrich (2010) afirma que a forma de avaliação escolar, que, por não ser feita corretamente, causa desmotivação ao aluno, levando-o para fora da escola. As aulas nem sempre são atraente, pois na maioria das vezes, os professores são sobrecarregados e não têm tempo de preparar as aulas. A formação dos professores, que atualmente é deficitária, é outro problema. Temos que ter políticas públicas voltadas para a formação desses profissionais. É importante que os educadores vivenciem as práticas que deverão adotar. É importante que o professor destaque o avanço dos alunos, sendo uma forma de incentivo, pois o aluno se sente valorizado e estimulado a continuar estudando. O processo de ensino é uma atividade conjunta de professores e alunos, com a finalidade de prover as condições e meios pelos quais os alunos assimilam ativamente conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. A verdade é que se têm buscado algumas soluções para o problema da evasão escolar, entretanto os resultados ainda não são satisfatórios. O problema é bem maior do que pensamos. É simplesmente um problema social, que é inerente à educação nos países pobres.

Cruz (2015) afirma que a rejeição que alguns alunos sofrem por parte de professores e de outros alunos é um fator determinante para a evasão escolar. Essa rejeição é decorrente de diversos fatores, tais como: nível cognitivo, situação econômica, grau de escolaridade, entre outros. A educação não tem conseguido os objetivos desejados naquilo que se referem aos sonhos da sociedade escolar. Inúmeros estudos têm levantado aspectos sociais como sendo fundamentais no processo da evasão escolar, tais como: a desnutrição familiar, as políticas educacionais inadequadas, o desemprego, descrédito na educação, entre outros.

Friedrich (2010) destaca que se faz necessário uma melhor política de valorização dos profissionais da educação, para que possam se dedicar unicamente a uma só escola, tendo assim condições de sobreviver apenas do seu trabalho realizado no magistério. As práticas pedagógicas e a formação dos profissionais precisam sofrer profundas transformações, pois são fatores decisivos e intrínsecos na permanência dos alunos na escola. Acreditamos que o maior índice de fuga escolar está no meio social rural, haja vista, como já foi citado, a problemática das condições sociais às quais pertencem. O aluno que tem fome tem dificuldade de se concentrar nas aulas; está sujeito a fracassar nos estudos; o aluno que sofre abusos não tem condições de apresentar o rendimento que deveria.

Faria (2015) afirma que o Brasil é um dos países do mundo que têm o menor desempenho no setor, mesmo assim, surgem programas para evitar tal problema tem criado programas que incentivam a permanência dos alunos na escola, tais como o bolsa-família e o bolsa-escola, caracterizando-se como programas de ajuda financeira para que os pais permaneçam com seus filhos na escola. Muitos alunos são excluídos dos grandes centros urbanos por não ter experiência profissional. Ficam desempregados, e nesse ínterim, voltam para o trabalho deixando também a escola. Outra política importante deve ser a voltada para o trabalho vocacional de cada região, incentivando os jovens a permanecerem nas escolas, aperfeiçoando aquilo que já fazem sem o conhecimento teórico.

O cansaço, a baixa autoestima, a vergonha por estarem repetindo o ano, são fatores que os levam ao baixo rendimento escolar, desestímulo e evasão. Diante de toda essa problemática surgem os programas do governo para acelerar a ascensão dos alunos de forma mais rápida. Uma das medidas para acabar com a evasão é a reformulação da educação no Brasil. A evasão é um problema que vem colocando-se em evidência nas turmas de EJA das escolas públicas. O problema da evasão preocupa os educadores e responsáveis pelas políticas públicas. Há muitos motivos que levam o aluno a deixar de estudar, o fracasso traz a frustração e o sentimento de impotência e nem todos estão preparados para lidar com frustração e impotência. A melhor fuga para esses sentimentos é simplesmente não tentar.

Sobre a evasão escolar, Leal (2005) destaca que:

Alguns alunos se dizem “burros”, com dificuldade para aprender, velhos demais, ou simplesmente fala que “não conseguem”, a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Para tornar mínimo, alguns desses problemas dependem de ações do poder público. Outros, contudo, podem ser solucionados com iniciativas tomadas ao longo do ano pelos gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar as condições de ensino e aprendizagem, o que, obviamente, se perde quando a criança não vai à aula. Verifica-se que o problema da evasão e da repetência escolar no nosso país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

Ressalta-se assim, que é preciso considerar que o problema da evasão escolar está dentro de um amplo contexto e que os fatores sociais e econômicos interferem neste quadro, mas as escolas não estão preparadas para lidar com os problemas externos escolares, principalmente com a evolução do jovem e seu comportamento de conduta social, que na maioria das vezes são leigos de informações no que diz respeito à cidadania plena, que só poderá ser conquistada através do saber formal articulada com o saber informal. Compreende-se então, que a evasão escolar destes alunos, se dá em virtude de estes serem obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, optam por não frequentar mais a sala de aula.

Para Friedrich (2010) para suplantar as ideias cristalizadas de fracasso escolar, de repetência, de evasão, de defasagem, de aceleração, enfim, de educação compensatória que circundam a EJA, é preciso acreditar que os sujeitos dessa modalidade de ensino podem transcender barreiras e limites e reescrever suas histórias. A evasão escolar tem se tornado um dos temas de maior relevância no âmbito da educação pública no Brasil, motivo de grandes debates e reflexões nas áreas educacionais e políticas, porém, sem uma solução eficaz até o presente momento. Um problema que realmente preocupa, e, mesmo existindo muitos estudos a respeito da evasão escolar, vemos a situação se repetir anos após anos e a luta para mudar esse quadro continua, na tentativa de identificar os motivos que levam os alunos a se evadirem da escola, é preciso então mobilizar esforços que possam ajudar a mudar o quadro que permeia as escolas, principalmente na rede pública de educação.

4 METODOLOGIA

4.1 MÉTODO DE PESQUISA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi necessário um processo de construção de conhecimentos, a começar pela pesquisa bibliográfica, pelo procedimento da coleta de informação, o trabalho de campo, e a análise dos referidos dados. Esse tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de material já organizado, estabelecido principalmente por livros e artigos científicos, é fundamental, portanto, que o processo de criação científica, possua um marco teórico bem delimitado para que se fundamente a pesquisa. Alves (2013) destaca que a pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente, como concluir-se no passo inicial de outra pesquisa. Todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar. A pesquisa bibliográfica também apresenta dados através de registros já existentes, ou seja, que já foram estudados e documentados de alguma forma, virtuais ou impressos. Esta pesquisa utiliza-se somente os assuntos de bases teóricas em qualquer classe ou categoria, seus dados são métodos devidamente registrados por diversos pesquisadores, onde a maioria desses temas são fontes de pesquisa científica. Pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesma ou constituir-se numa etapa da elaboração dos trabalhos acadêmicos, a exemplo da dissertação. A mesma compreende várias fases, que vão da escolha da temática até a redação final. De modo geral, essas fases apresentam algumas semelhanças.

Demo (2001) comenta que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu ou registrou a respeito do tema da pesquisa. Na revisão da literatura, deve-se estudar tudo o que existe sobre o título da pesquisa. Para fundamentar a pesquisa, buscou-se autores de nomes renomados, pesquisadores do assunto em questão, e, para que isso seja possível há necessidade de se conhecer as principais características, da pesquisa bibliográfica e seus possíveis métodos de desenvolvimento. A partir desse processo, sistematizar essa pesquisa por meio de diversos textos, fichas, resumos e observações úteis para o desenvolvimento do trabalho acadêmico. Na fundamentação teórica usou-se diversos livros para as definições do assunto do método e outras que serviram de embasamentos importantes para discutir sobre a evasão do EJA na visão dos próprios alunos. A pesquisa bibliográfica destacou diversos autores que abordavam sobre a Educação de Jovens e Adultos na realidade do Brasil, mas também, foram utilizados textos legais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, além de Decretos e Portarias relativas ao Ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Doxsey (2013) afirma que a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) A pesquisa ex-post-facto tem por objetivo investigar possíveis relações de causa e efeito entre um determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente. A principal característica deste tipo de pesquisa é o fato de os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos. Romais (2010) explica que a pesquisa ex-post-facto é utilizada quando há impossibilidade de aplicação da pesquisa experimental, pelo fato de nem sempre ser possível manipular as variáveis necessárias para o estudo da causa e do seu efeito. Como exemplo desse tipo de pesquisa, pode-se citar um estudo sobre a evasão escolar, quando se tenta analisar suas causas. Num estudo experimental, seria o inverso, tomando-se primeiramente um grupo de alunos a quem seria dado um determinado tratamento, e observando-se depois o índice de evasão.

Gil (2002) destaca que a pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. As pesquisas de campo podem ser dos seguintes tipos. Para Doxsey (2013) o objetivo da pesquisa de campo é conseguir informações e/ou conhecimentos (dados) acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta. As fases da pesquisa de campo requerem a realização de uma pesquisa bibliográfica. Esta permitirá que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, que auxiliará na elaboração do plano geral da pesquisa. Devem-se determinar as técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as considerações finais.

Michel (2015) de modo geral, durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo. A necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas da pesquisa freqüentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas. Gil (2002) menciona que na pesquisa de campo, surge a necessidade de levantar e partilhar informações, e, reflexões acerca da realidade que está sendo pesquisada, apesar dos riscos e dificuldades que se impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante e desafiador. Atribui-se ao estudo de campo a tarefa de expor situações da vida real com certa razão. Já que serve para descrever situações da realidade onde está sendo feita a pesquisa.

4.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no garimpo do CripORIZÃO, que fica na cidade de Itaituba, no Pará. Então, é preciso explicar primeiramente sobre o município de Itaituba. Trata-se de um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à Mesorregião do Sudoeste Paraense. É o décimo quarto município mais populoso do estado do Pará, e um dos principais centros econômicos do oeste paraense. Possui o décimo terceiro maior produto interno bruto no Estado. A cidade de Itaituba é considerada de médio porte, e uma das cidades que apresentam crescimento econômico acelerado no interior do Brasil, devido a diversos fatores, mas principalmente a exploração mineral. A exploração de ouro, movimenta a região.



Figura 1: Vista panorâmica do município de Itaituba/PÁ;
Fonte: Portal de Itaituba, 2018.

O natural da cidade de Itaituba é conhecido como itaitubense. Itaituba é conhecida como "cidade pepita". O município é conhecido pela intensa atividade de mineração de ouro no Vale do Rio Tapajós, bem como pela grande diversidade de paisagens naturais, tais como as praias de rio que se formam durante a época de seca, as corredeiras d'água localizadas próximas ao distrito de São Luiz do Tapajós e o Parque Nacional da Amazônia. O clima de do município de Itaituba é quente e úmido (do tipo *Am* na classificação climática de Köppen-Geiger), com baixas amplitudes térmicas e temperaturas médias superiores a 18 °C em todos os meses. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), desde 1966 a menor temperatura já registrada em Itaituba foi de 12,6 °C em 21 de julho de 1968, enquanto a maior atingiu 40,4 °C em 3 de outubro de 1994. O maior acumulado de precipitação em 24 horas a partir de 1961 atingiu 164,2 milímetros em 10 de outubro de 1991.

Considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como um centro sub-regional (terceiro na hierarquia de classificação de centros urbanos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, caracterizado pela existência de atividades de gestão e de influência sobre os municípios mais próximos) de médio porte (por possuir população entre 100 000 e 500 000 habitantes), a cidade conta com 5 agências bancárias. Itaituba encontra, no setor de serviços, o principal motor de sua economia. Responsável por 71 por cento de toda a riqueza produzida no município, o setor de serviços é um dos 10 maiores do estado do Pará. O produto interno bruto da cidade de Itaituba apresentou um crescimento de 8,9%, o que coloca a cidade na seleta lista de 106 municípios cujo crescimento médio do produto interno bruto no período foi superior ao crescimento médio nacional.

Outros destaques na economia de Itaituba são o setor industrial, a mineração, e o agropecuário. Na indústria, é marcante a produção de produtos baseados no calcário (matéria-prima abundante no subsolo do município), sendo a cidade uma das principais produtoras de cimento no País. No setor de mineração, destacam-se as atividades de exploração de ouro no Vale do Tapajós. A instalação de grandes conglomerados ligados à atividade de mineração fez com que, em 2008, Itaituba fosse responsável por 1,1% de toda a riqueza produzida no setor no Estado do Pará, figurando entre os 14 maiores produtos internos brutos do setor. Por fim, no setor agropecuário, figuram as atividades de agricultura familiar e a pecuária de pequeno porte. O destaque no setor é a Feira Agropecuária do município, a qual movimentava milhões de reais em transações comerciais todos os anos no município, sendo um dos maiores eventos do gênero no Oeste do Pará. O município de Itaituba, entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, tinha sua economia fortemente baseada na extração do ouro no Vale do Tapajós, maior região aurífera do oeste paraense.

Nesse período, estima-se que tenham sido exploradas da região mais de 500 toneladas de ouro. Em virtude do garimpo, o Aeroporto de Itaituba teve um dos maiores movimentos em pousos e decolagens de aeronaves no mundo. No entanto, observou também um crescimento desorganizado da cidade, com um significativo aumento da pobreza em áreas periféricas, bem como uma grande degradação ambiental causada pelo mercúrio. Com a decadência da exploração do ouro (no início da década de 90), a cidade começou a ver surgir empreendimentos ligados principalmente ao setor agropecuário e madeireiro.

Um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico da região foi o abastecimento de energia, que, até fins dos anos 1990, representava um problema crônico para a cidade. Em 1998, a cidade de Itaituba passou a ser atendida pelo Projeto Tramoeste, o qual que leva energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí para diversas cidades no oeste paraense. Os jornais cuja editoração é feita em Itaituba são Jornal do Comércio, Tribuna do Tapajós e Folha do Oeste. Além desses, outros jornais circulam diariamente na cidade. Entre os mais importantes, estão O Liberal e Diário do Pará (Belém) e A Crítica (Manaus). A telefonia fixa é explorada pela Empresa Oi. A telefonia celular é explorada pelas empresas Vivo, Oi, CLARO (que opera com tecnologia 3G) e TIM.

Há planos em estudo de viabilidade econômica e de impactos ambientais para construir um complexo hidrelétrico na cidade, chamado Complexo do Tapajós. Ele deverá ser composto por 5 usinas, a serem construídas próximas da comunidade de São Luiz do Tapajós: UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí, UHE Cachoeira dos Patos. Após a conclusão, o complexo terá a potência instalada de 10.682 MW. Itaituba será a cidade base para a construção e operação das usinas. O projeto foi retomado pelo governo faz quatro anos e prevê a construção de cinco usinas hidrelétricas – São Luiz de Tapajós, Jatobá, Cachoeira dos Patos, Jamanxim e Cachoeira do Caí. Dentre dessas, porém, a mais significativa é a usina de São Luiz do Tapajós, que teria potência inferior apenas a Itaipu, Belo Monte e Tucuruí e produziria 6 133 megawatts (MW) de energia a partir da construção de uma barragem de 3 483 metros de comprimento atravessada no coração da Amazônia. A barragem terá, em média, 39 metros de altura, e seria erguida em uma das áreas mais protegidas da região: o Parque Nacional da Amazônia, a primeira unidade de conservação demarcada na chamada Amazônia Legal, que, com outras 11 unidades, forma o imenso complexo da bacia do Tapajós – o maior mosaico de biodiversidade do planeta. No entanto, a construção das barragens no rio Tapajós vem encontrando resistência por parte dos índios mundurucus, que temem ter suas terras alagadas. O projeto também é polêmico por vir a produzir pontos negativos como o aumento da violência.

O município possui cerca de 07 escolas particulares, as quais atendem a uma demanda de mais de 10 mil alunos. O município conta ainda com cerca de 100 escolas públicas na área urbana e na zona rural, as quais atendem a uma demanda de cerca de 50 mil alunos, tanto no ensino fundamental. No Ensino médio o município conta com 03 escolas todas no âmbito Estadual, sendo 1 em regime de convênio, todas na zona urbana, EEEM Benedito Corrêa de Souza, EEEM Profª Maria do Socorro Jacob, EEEM Profª Projeto Alvorada, Escola Estadual Tecnológica do Pará - EETEPA. No âmbito do ensino superior, a cidade de Itaituba conta com as seguintes universidades: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Faculdade de Itaituba (FAI), Faculdade do Tapajós (FAT), Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Faculdade Estácio, Grupo UNINTER, FAEL (Faculdade Educacional da Lapa), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), e, outras deverão ser instaladas ainda este ano.

O distrito de Miritituba, em Itaituba, tem-se tornado alvo da atenção dos principais investidores nacionais e internacionais, com diversas empresas interessadas em operar Estações de Transbordo de Cargas, como a Bunge e a Cargill. Sua localização estratégica, às margens do rio Tapajós e com acesso curto e rápido para a BR-163, tem potencial para permitir uma grande economia no frete de cargas (especialmente soja) e no tempo total de transporte, desde o produtor até os mercados consumidores no exterior. Portanto, Miritituba tem-se consolidado, aos poucos, como uma importante alternativa à exportação via portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), aumentando assim o dinamismo econômico relacionado à exportações nos portos do Norte do Brasil. Paralelo ao rápido desenvolvimento, a cidade de Itaituba e, mais particularmente, o distrito de Miritituba, tem observado um aumento fluxo de pessoas, e conseqüente aumento nos preços de imóveis e de serviços, bem como uma maior pressão sobre os serviços básicos. Como contrapartida para a instalação das Estações de Transbordo de Cargas, o município de Itaituba tem exigido contrapartidas sociais e financeiras das empresas interessadas, visando diminuir os eventuais danos causados.

O acesso aéreo é feito pelo Aeroporto de Itaituba, localizado a 5 quilômetros do Centro da cidade em área adjacente à BR-230 (Rodovia Transamazônica). Há serviço regular de táxi. Atualmente, o aeroporto conta com vôos comerciais regulares da MAP Linhas Aéreas, que oferece serviço regular de transporte de passageiros, conectando Itaituba com a cidade de Altamira, Belém e Manaus. Além disso, empresas de táxi aéreo de menor porte oferecem vôos para distritos e vilarejos mais afastados do centro urbano da cidade, bem como para os inúmeros garimpos de ouro da região e municípios vizinhos. O aeroporto conta com um terminal de passageiros totalmente climatizado, *mix* de lojas e praça de alimentação.

A operação de pousos e decolagens no aeródromo é feita pelo Grupamento de Navegação Aérea de Itaituba (GNA III - SBIH). O aeródromo conta com sinalização que permite operações noturnas (IFR), e possui uma pista auxiliar para o taxi de aeronaves. Devido à importância socioeconômica da região e do potencial de passageiros o aeroporto é classificado como Aeroporto Regional. Em virtude da quantidade de garimpos de ouro na região aurífera do Rio Tapajós (década de 1980), o Aeroporto de Itaituba já registrou uma média diária de 400 pousos e decolagens, representando um movimento de 80 000 pousos e decolagens/ano. Foi considerado o 3º aeródromo mais movimentado do mundo.

Com relação a transporte rodoviário, Itaituba conta com a BR-163 (Santarém-Cuiabá), BR-230 (Transamazônica) e Rodovia Estadual Transgarimpeira. A Cuiabá-Santarém liga a capital do Mato Grosso, Cuiabá, a Santarém, no Pará, ligando Itaituba a Santarém e Itaituba a região Sul e Sudeste do Brasil. A estrada atravessa uma das regiões mais ricas do País em recursos naturais e potencial econômico, sendo marcada pela presença de importantes biomas brasileiros, como a Floresta Amazônica e o Cerrado e áreas de transição entre eles, além de bacias hidrográficas importantes, como a do Amazonas, do Xingu e Teles Pires-Tapajós. Os serviços nesse trecho serão divididos em 2 lotes. O lote 1 compreende o segmento que vai da divisa do Mato Grosso com o Estado até o município de Novo Progresso. Serão contemplados 318 quilômetros. Para este lote, as obras foram avaliadas em R\$ 20,6 milhões. O Lote 2 segue do município de Novo Progresso até o início do trecho pavimentado da rodovia. Os serviços de manutenção se estenderão por 344 quilômetros a um custo total de R\$ 22,7 milhões.

A partir de 2009, a BR-163 irá contar com o policiamento de mais 340 agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a qual já conta com bases espalhadas pela rodovia, além das que estão em fase de construção para receber os novos policiais. A Rodovia Transamazônica (BR-230), projetada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) sendo uma das chamadas "obras faraônicas" devido às suas proporções gigantescas, realizadas pelo regime militar, é a terceira maior rodovia do Brasil, com 4000 quilômetros de comprimento, cortando os estados brasileiros da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Nasce na cidade de Cabedelo, na Paraíba, e segue até Lábrea, no Amazonas. É classificada como rodovia transversal. Em grande parte, principalmente no Pará e no Amazonas, a rodovia não é pavimentada. Planejada para integrar melhor o Norte brasileiro com o resto do país, foi inaugurada em 30 de agosto de 1972. Inicialmente projetada para ser uma rodovia pavimentada com 8 mil quilômetros de comprimento, conectando as regiões Norte e Região Nordeste do Brasil com o Peru e o Equador, não sofreu maiores modificações desde sua inauguração.

Os trabalhadores ficavam completamente isolados e sem comunicação por meses. Alguma informação era obtida apenas nas visitas ocasionais a algumas cidades próximas. O transporte geralmente era feito por pequenos aviões, que usavam pistas precárias. Por não ser pavimentado, o trânsito na Rodovia Transamazônica é impraticável nas épocas de chuva na região (entre outubro e março). O desmatamento em áreas próximas à rodovia é um sério problema criado por sua construção. A BR-230 corta o estado do Pará nas principais cidades do estado com Itaituba, Altamira e Marabá.

No Estado do Maranhão entre as cidades de Carolina a Barão de Grajaú, passando por Riachão, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons, São João dos Patos, bem como o Estado do Piauí passando por Floriano, Nazaré do Piauí, Oeiras até a BR-316, na localidade Gaturiano, no Piauí, segue-se pela BR-316 até a entrada de Fronteira, no Piauí, que passa a ser a continuação da BR-230 até a cidade de Campos Sales, no Ceará. Em Itaituba, a Rodovia Transamazônica é cortada pelo Rio Tapajós. A travessia de carros, de cargas e de passageiros é feita pela Balsa da Rodonave Navegações. Além disso, navegantes autônomos também provêem o servido de travessia de passageiros e de cargas.

Em Itaituba, encontra-se um dos garimpos mais conhecidos em toda a região: o Garimpo do CripORIZÃO, um dos mais movimentados da cidade, e, um dos mais bem estruturados no que diz respeito à organização administrativa, pois, possui comércios diversos, e, todo um sistema próprio para a comercialização do ouro.



Figura 2: Garimpo do CripORIZÃO.

Fonte: Portal de Noticias de Itaituba, 2018.



Figura 2: Garimpo do Criporizão.
Fonte: Portal de Notícias de Itaituba, 2018.

É possível perceber na ilustração acima que mesmo com toda movimentação do comércio de ouro no garimpo, a estrutura do lugar é simples, muitas casas de maneira simples, sem qualquer sofisticação, ruas sem saneamento básico, sem asfalto, carros poucos usados nos grandes centros urbanos, mas muito propícios ao enfrentamento de ruas como as que se mostra acima, são o tipo de transporte mais comum da população do garimpo, além das motos. Na ilustração abaixo, três momentos no garimpo: o desmatamento de áreas, a exploração do ouro, e, a utilização dele, como uma certa “ostentação” pessoal.



Figura 3: Garimpo do Criporizão.
Fonte: Portal de Notícias de Itaituba, 2018.



Figura 4: Garimpo do Criporizão.
 Fonte: Portal de Notícias de Itaituba, 2018.

A ilustração acima demonstra todo o processo para a exploração das áreas, e, obtenção do tão sonhado minério, primeiro coma preparação da área, o uso de maquinário, e, posteriormente a exploração do ouro propriamente dita. Chamamos a atenção aqui, para as dificuldades do trabalho, além dos diversos perigos que os trabalhadores estão expostos, eles, podem se deparar com a decepção de não encontrar o minério depois de tanto empenho, ou de encontrar o que insuficiente para cobrir despesas com a exploração, mas, sempre se tem o esforço empreendido por aqueles que vão ganhando experiência na exploração do minério.

4.3 AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa representa um todo de um estudo, nesse caso, alunos do EJA, a amostra representa uma pequena parcela do universo pesquisado, forma delimitada do estudo, neste caso, os alunos do EJA do Ensino Fundamental, do garimpo Creporizão, no município de Itaituba. Nesse caso, a amostra da pesquisa são 4 estudantes que se evadiram em 2018, do EJA do Ensino Fundamental, do município de Itaituba, região de garimpo, o Criporizão.

4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A entrevista semiestruturada, esta foi escolhida para coleta de dados por apresentar maior flexibilidade dos participantes, partindo de um diálogo onde é possível obter maior aprofundamento das opiniões e contar com outras contribuições importantes sobre o tema, mas que não foram introduzidas ao roteiro, ainda assim possibilitaram uma abertura maior para a troca de opiniões entre os sujeitos: o entrevistador e o entrevistado. Na entrevista semiestruturada o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos. Essa metodologia possibilitou aos entrevistados expressarem-se com maior liberdade, tendo a perspectiva de demonstrarem suas críticas, descompassos, emitindo opinião ou retomando algum assunto que avaliassem importantes. Para obtenção dos dados, foram feitas perguntas introdutórias, apenas para orientar os alunos sobre o objetivo da pesquisa. No roteiro de perguntas não foram levantados questionamentos sobre os motivos da evasão escolar da modalidade EJA. Os informantes da pesquisa foram 4 estudantes (2 do sexo masculino, e 2 do sexo feminino), do Ensino Fundamental, do município de Itaituba, região de garimpo, o CripORIZÃO, que abandonaram os estudos no ano de 2018, e, que concordaram em participar da pesquisa que tem a evasão dos alunos do EJA como foco principal do tema.

4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O autor aborda a importância da pesquisa para a evolução do conhecimento, assim este trabalho foi desenvolvido em três partes. Na primeira parte, houve primeiramente uma visita às instituições escolares onde ocorreu o trabalho de campo. Logo após aconteceu um diálogo com os gestores das escolas e os pedagogos que tem como função a coordenação pedagógica, onde os mesmos foram informados sobre o tema da pesquisa. Diante disso, foi apresentado o escopo do trabalho, informando-os a questão da ética, procedimentos adotados e principalmente os cuidados necessários para que o trabalho venha contribuir com esses profissionais de forma positiva. Após esse momento, tivemos a concordância da equipe técnica da escola, que nos relacionou 4 nomes de educandos que evadiram-se da escola no ano de 2018, sendo dois (2) alunos e duas alunas (2), todos estudavam no período noturno, são maiores de idade, e, sendo eles mesmos os responsáveis por suas matrículas na escola, onde cursavam o ensino fundamental. A escola nos forneceu o endereço desses alunos e telefone, então, partimos para a segunda parte deste trabalho, a pesquisa de campo (entrevistas).

Na segunda parte foram realizadas entrevistas com questões semi-estruturadas, subjetivas para os alunos que abandonaram os estudos no EJA no ano de 2018. Esses alunos foram selecionados pela escola por estarem ainda domiciliados e residindo ainda em Creporizão, os que não mais estavam na localidade, não foram incluídos na pesquisa de campo. Então, procuramos fazer contato primeiramente via telefone, posteriormente marcamos dia e horário de visita em suas residências, então, com o questionário em mãos, resolvemos ir anotando as respostas as perguntas feitas aos alunos que deixaram o EJA. Todos responderam as perguntas sem nenhum tipo de dúvida sobre os questionamentos. Todos os alunos participantes da pesquisa foram esclarecidos quanto aos objetivos e justificativa do trabalho dissertativo que conduziu a pesquisa de campo, e, todos aceitaram a participação no trabalho sem colocar nenhum empecilho quanto a pesquisa.

Posteriormente a pesquisa de campo, os dados foram copilados, analisados e interpretados, com base no método de análise de dados. Essas coletas ocorreram somente no período de Janeiro e Fevereiro de 2018, em dias alternados foram entrevistados quatro participantes para a realização da pesquisa, encerrando assim o processo de entrevistas, sendo dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Envolveu-se nas entrevistas de modo geral uma hora para cada participante da pesquisa. As entrevistas aconteceram com horários marcados de acordo com a escolha de cada participante. O local foi de forma opcional, por cada participante, para que os mesmos pudessem sentir-se a vontade nos locais escolhidos. Dessa forma os entrevistados tiveram possibilidades mais expressivas quanto ao tema em processo de estudo. As entrevistas foram de forma semi-estruturadas e compostas por seis questões abertas, através delas buscou-se esclarecimentos sobre o motivo que os conduziram a abandonar os estudos na modalidade EJA, da escola do garimpo Criporizão.

A partir da coleta das entrevistas, construiu-se as categorias necessárias que foram através das análises, de modo específicos com as operações das semelhanças encontradas nos mais diferenciados discursos, de cada participante, no diz respeito a questões que se desenvolvia. A partir destas observações pode-se constituir as categorias molares ou também chamadas de gerais. E as categorias moleculares ou específicas, foram organizadas através de tudo o que percebeu-se de diferença, em cada entrevista feita aos participantes. Após a coleta de dados, houve o processo de transcrição dos materiais. O método nesta etapa foi muito importante na ocultação dos nomes dos participantes, por questões éticas, embora, tenhamos obtido a concordância destes para a realização da pesquisa, inclusive com a assinatura do Termo e Livre Convencimento Esclarecido, que nos ampara quanto as questões éticas da trilha metodológica adotada neste estudo, que optou por não revelar os nomes dos alunos.

4.6 MÉTODO DE ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa qualitativa propõe-se investigar e compreender o sentido que determinado acontecimento tem para indivíduo, chamado de ator social, o centro da pesquisa. A pesquisa qualitativa é caracterizada como um estudo pormenorizado de um certo fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social, assim como fenômenos da realidade. O estudo qualitativo é a opção por uma abordagem qualitativa deve ter como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade. A pesquisa qualitativa oferece respostas às questões voltadas para o trabalho por envolver sujeitos sociais. Ela trabalha com a natureza dos significados, dos múltiplos sentidos, dos motivos, das aspirações, dos valores. A pesquisa qualitativa procura adequar a fenomenologia da pesquisa, por ser um processo dinâmico contrário do dialético. Assim, as características dessa pesquisa estão fundamentadas em processual, criatividade, participativa, complexa envolvendo a provisória. Possui um caráter de aprofundamento estimulando o indivíduo a pensar, expressar-se livremente sobre algum tema, objeto ou conceito.

Algumas das características da pesquisa qualitativa, compreendendo desde o contexto até a situação do objeto, determina o processo dos acontecimentos, sequenciando os fatos relatados ao tempo necessário. A pesquisa qualitativa tem como enfoque sua flexibilidade por oferecer diversas fontes de dados a exemplo das análises através das entrevistas, depoimentos e elaboração de relatório final envolvendo os pontos mais importantes. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos.

A abordagem qualitativa difere pelo fato de não empregar dados estatísticos, como centro do processo de análise do problema. Assim percebe-se, que a pesquisa qualitativa possui uma abordagem que tem suas raízes teóricas na fenomenologia e corresponde uma série de matrizes. Os aspectos sociais são observados como um conjunto de significados que necessitam ter uma discussão e após isso surgirão às interpretações. O método da pesquisa qualitativa caracteriza-se pela descrição, em geral cursiva e frequentemente minuciosa, em termos morfológicos de comportamentos e sequências dos mesmos em seu contexto natural de ocorrência, ela nos permite aprender de uma forma diversificada e sutil. Esse conjunto de fenômenos humanos é parte integrante da realidade social, pois o ser humano se diferencia não somente pelas suas atitudes, mas por pensar sobre tais atitudes, por interpretá-las, enfim,

por ser e estar no mundo. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade é objeto da pesquisa qualitativa. Daí a importância da valorização dos vários aspectos que rodeiam o ser humano, tudo é possível de ser analisado e compreendido, a partir de reflexões entre falas e realidade social.

Nesta pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa tendo em vista que este método é condizente nesta perspectiva de análise de uma dada realidade social, pelo fato da mesma propiciar a participação ativa dos sujeitos envolvidos. Assim, ocorrerão as entrevistas com questões abertas com quatro coordenadores pedagógicos das duas instituições selecionadas e essas observações propiciarão momentos de reflexão tornando a pesquisa científica, um elemento fundamental na construção do conhecimento de todos os envolvidos. Nesta pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa por ser um método condizente na análise dos dados, pelo fato da mesma propiciar a participação ativa dos sujeitos envolvidos. Além de levar os mesmos a questionarem sobre suas ações como educador. Assim, ocorrerão as entrevistas com questões abertas com quatro coordenadores pedagógicos das instituições selecionadas. E essas observações propiciarão momentos de reflexão tornando a pesquisa científica, um elemento fundamental na construção do conhecimento de todos os envolvidos.

Neste estudo, em que se procura conhecer e compreender os motivos da evasão escolar de alunos do ensino fundamental do noturno, da modalidade EJA, de uma região do garimpo, de um município do interior do Estado do Pará, na realidade da Amazônia brasileira, é essencial dar voz e vez aos atores sociais foco do estudo, por isso, a pesquisa qualitativa com perguntas semi-estruturadas, subjetivas, deixa espaço para o livre entendimento e exposição do tema por parte dos entrevistados, fazendo com que as respostas sejam fruto de sua verdade de sua realidade, expressas da maneira mais aberta e franca o possível, fazendo com que a pesquisadora compreenda e exponha de forma dissertativa a síntese com resposta ao estudo.

5 A EVASÃO DE ALUNOS DA EJA DO CREPORIZÃO EM ITAITUBA/PÁ

Neste capítulo será destacado os resultados da pesquisa de campo, realizada com 4 (quatro) alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ieda Maria Gomes, localizada no distrito de Crepurizão, no município de Itaituba/Pá. A seleção dos alunos foi feita de forma aleatória, e, com ajuda da escola, que selecionou os alunos que abandonaram este ano a EJA noturno, e, que ainda residem no distrito de Crepurizão, e que a escola possuía em seus bancos de dados os endereços e os telefones, sendo dois alunos do sexo masculino, e, dois

alunos do sexo feminino, que concordaram em participar da pesquisa, e, receber a pesquisadora em suas residências para uma entrevista.

A entrevista contou com perguntas feitas aos alunos com o auxílio de um questionário contendo 6 perguntas subjetivas, que ao passo que eram respondidas pelos alunos, eram transcritas pela pesquisadora. Aos alunos participantes foram realizadas as seguintes perguntas: 1) O que levou você a abandonar a EJA? 2) O que você acha do ensino praticado na EJA? 3) Como você avalia o trabalho do professor do EJA? 4) Como você avalia a Escola em que você cursava o EJA? 5) Quais são suas expectativas para o futuro? Você pensa em retornar aos estudos nessa modalidade de ensino? 6) Quais melhorias nessa modalidade de ensino (EJA) você apontaria como essenciais para motivação dos alunos a permanecerem na escola, acabando assim como a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos?

Com relação à primeira pergunta: O que levou você a abandonar a EJA? Os quatro participantes assim se manifestaram:

Eu precisava trabalhar, aí não dava mais de ir para a escola, chegava muito atrasado, ou eu trabalhava ou sustentava minha família, as coisas tão muito difíceis hoje em dia, não dá de ficar parado, se o trabalho aparece tem que trabalhar pra viver, trazer comida pra casa, comprar as coisas. (PARTICIPANTE – A).

Eu ficava muito cansado, às vezes dormia na sala de aula e não aprendia nada, então resolvi parar porque não adiantava ir pra escola todo dia e não aprender nada, ou ficar faltando, não ia aprender nada do mesmo jeito, então achei melhor parar e juntar um dinheiro, depois se der eu volto estudar. (PARTICIPANTE – B).

Não tinha quem ficasse com meus filhos, meu marido reclamava muito, minha família não podia ficar com eles, me ajudar, e, nem meu marido deixava eles ficarem, ele queria que eu tivesse a noite em casa quando ele chegasse do trabalho, tenho filho pequeno, aí parei. (PARTICIPANTE – C).

Eu não estava aprendendo muito, e, apareceu um trabalho a noite, e, pelo dia não dava mais de estudar, não tenho idade pra ficar com os adolescentes, e, acho que a escola só aceita mesmo no EJA na minha idade. Eu preferi ficar no trabalho, ganhar meu dinheiro, comprar minhas coisas, e mesmo que eu termine os estudos acho que não vou conseguir passar no ENEM, nem tenho dinheiro para pagar faculdade em Itaituba, daí é melhor parar mesmo. (PARTICIPANTE – D).

A maioria dos alunos citou o trabalho como principal motivo de abandono escolar, porém, os filhos também são motivos para este abandono, cuidar da família para uns é essencial. Importante destacar aqui, que os alunos trabalham no garimpo, e, uma das participantes trabalha em um bar que funciona o dia todo no garimpo, sendo muito conhecido pela população da região, como um bar de diversão masculina, pois, no garimpo, infelizmente, a prostituição é muito comum e não tão escondida quanto às pessoas possam pensar ou como acontece em outras localidades do Brasil. A região é um pequeno distrito,

então sabe-se quase tudo que acontece no lugar, e, então, por isso, a entrevista foi realizada onde foi possível contactar com a participante que se disponibilizou a entrevista.

Foi questionado com os alunos: O que você acha do ensino praticado na EJA?

Acho bom, dava de aprender muita coisa. (PARTICIPANTE – A).

Era bom, mas tinha alguns assuntos que eu não entendia. (PARTICIPANTE – B).

Achava bom, não era difícil não. (PARTICIPANTE – C).

Às vezes era muito assunto, o professor falava muito rápido, tinha dia que era chato, tinha dia que era bom. (PARTICIPANTE – D).

Os alunos demonstram que gostavam do ensino praticado na escola que estudavam, porém, demonstram também que existiam algumas falhas metodológicas na atuação docente, que não os motivava ao aprendizado, o que demonstra a importância de revisão de estratégias de ensino-aprendizado na Educação de Jovens e Adultos.

Perguntou-se aos alunos: Como você avalia o trabalho do professor do EJA?

Bom. (PARTICIPANTE – A).

Achava bom. (PARTICIPANTE – B).

Tinha uns bons e outros não. Tinha uns que explicavam bem, dava da gente entender, mas outros a gente tinha que tá perguntado várias vezes, ou deixava passar aquele assunto sem fazer a tarefa porque não entendia o assunto, daí era ruim na hora da prova, que tirava nota baixa. (PARTICIPANTE – C).

Tinha umas aulas chatas, alguns professores chatos, mas tinha outros legais. Tinha professor que sabia explicar pra gente, mas tinha um que não tinha muita paciência não, cobrava muito, mas não explicava bem, e, ainda por cima, a matéria eu não gostava muito também. (PARTICIPANTE – D).

Verifica-se que os alunos se dividem quanto a gostar ou não da disciplina que estavam cursando. Mas demonstram que tem dificuldades quanto a determinadas disciplinas, não achando atrativo o método de ensino dos professores, o que os deixava desmotivados.

A pesquisa prosseguiu com o seguinte questionamento: Como você avalia a Escola em que você cursava a EJA?

Era mais ou menos. (PARTICIPANTE – A).

Era boa, mas em Itaituba tem melhor. (PARTICIPANTE – B).

Eu gostava da escola, não tenho queixa não. (PARTICIPANTE – C).

Eu já tinha estudado em outras escolas fazendo EJA, acho que falta melhor a escola, dava de ter mais espaço, cadeiras melhores, laboratórios de informática pra

gente a noite, materiais pros professores ensinarem, essas coisas que tem nessas escolas de Itaituba e das outras cidades da região. (PARTICIPANTE – D).

Nota-se que mais uma vez os alunos discordam em muitos aspectos. Embora com poucas palavras, conseguem expressar seu contentamento e descontentamento com o local de aprendizado do qual se evadiram. Interessante os participantes que compararam a escola onde estudavam recentemente a EJA, com outras escolas por onde estudaram EJA, tanto na questão da estrutura física quanto nos materiais disponíveis a docentes e discentes. Apesar de ser uma região de garimpo, já foi demonstrado ainda na metodologia, as condições das ruas e da maioria das residências e comércios da região do Creporizão, o que evidencia a situação também da escola, principalmente quando se está acostumado com a cidade.

Foi perguntado aos participantes: Quais são suas expectativas para o futuro? Você pensa em retornar aos estudos nessa modalidade de ensino?

É, pra mim só dá de retornar pra EJA, e, pra essa escola. Eu penso em voltar, mas não agora. Meu futuro quero terminar esses estudos, ir pra cidade, montar um negócio pra mim trabalhar lá. Comprar uma casa lá na cidade, ver minha família bem, todo mundo com saúde. É isso. (PARTICIPANTE – A).

Ah sim, claro que penso, mas ainda não dá não, talvez no outro ano, deixar as coisas melhorar um pouco, ta muito difícil de dinheiro, tem que trabalhar muito, ainda não dá de voltar esse ano não, mas quem sabe no ano que vem, e, vai ser pra essa escola mesmo. O futuro à Deus pertence, quero estar com saúde e trabalhando, e, se der de terminar os estudos é bom né?! (PARTICIPANTE – B).

Eu vou me programar pra isso, este ano ajeito mais minha vida, cuido da minha família, e, ano que vem eu volto a estudar. Ouvi falar que tem como terminar o ensino fundamental sem ir todo dia lá na escola, pra mim é melhor, até faculdade agora pode fazer pela internet, ou indo só um dia na aula, vou procurar saber em Itaituba se dá de fazer assim com o EJA, mesmo que não se aprenda muito, mas me ajuda a fazer uma faculdade mais rápido. (PARTICIPANTE – C).

Ah! Não sei ao certo. O amanhã pertence à Deus. Eu acho que por enquanto vou ficando aqui mesmo onde trabalho, dá de viver. Eu quero sim voltar pra escola, mas tem umas coisas aí que quero comprar, depois eu volto a estudar. Eu não pensei ainda depois que terminar a EJA, quero primeiro terminar o Ensino fundamental, depois o médio, daí eu penso no que vai ser da minha vida mais pra frente, agora eu só penso em trabalhar mesmo. (PARTICIPANTE – D).

Ressalta-se que mais uma vez o trabalho ocupa lugar de destaque nos pensamentos dos alunos, porém, a maioria pensa em retomar os estudos e visualiza na educação uma oportunidade de melhorar de vida. Todavia, todos deixam claro, que não é uma prioridade, e, que estão conformados a situação em que se encontram atualmente, não demonstrando tanto interesse em retomar os estudos, e, estão bem informados quanto as possibilidades futuras de evolução educacional, tendo um dos participantes falado na modalidade EaD do EJA, que de fato é uma realidade em diversas cidades do Pará, principalmente em escolas particulares, e,

isso tem um custo ao aluno, pois a EJA na rede pública, ainda é presencial. Mas, ao apontar a alternativa de conclusão dos seus estudos, o aluno demonstra começar a buscar alternativas para conseguir uma evolução educacional voltada a sua realidade vivencial. Tal perspectiva poderia ser pensada pelo poder público, para atender melhor a esta clientela que se matricula na rede pública para cursar a EJA, mas abandona os estudos por não poder frequentar todos os dias a sala de aula, quer por situações familiares, quer por motivo de trabalho.

Quais melhorias nessa modalidade de ensino (EJA) você apontaria como essenciais para motivação dos alunos a permanecerem na escola, acabando assim como a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos?

Eu acho que do jeito que tá é bom, mas podia ter menos dias de aula, e, as provas podiam ser mais fáceis. (PARTICIPANTE – A).

A escola podia ser melhor, os professores podiam escrever menos no quadro e passar menos tarefas na sala. (PARTICIPANTE – B).

Acho que deveria ter menos dias de aula, professores mais parceiros dos alunos, que nos compreendesse melhor, tem aula que poderia ser menos chata, a escola podia ser mais organizada, essas coisas. (PARTICIPANTE – C).

Não era pra ter aula todo dia, ou as aulas poderiam ser mais rápidas, tipo duas horas por dia, daí a gente podia trazer mais tarefas pra casa e corrigia na outra aula com o professor. A escola poderia ser melhor também, mais arrumadinha, a gente podia fazer mais trabalhos do que provas, os professores poderiam ser mais legais. Acho que é isso. (PARTICIPANTE – D).

Verifica-se que no que diz respeito as melhorias nessa modalidade de ensino (EJA) os alunos apontaram como essenciais para motivação discentes, para que permanecessem na escola, acabando assim como a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, diversos fatores, como melhoria estrutural e metodológica na escola, até mesmo mudança do sistema de ensino, como por exemplo, diminuição da carga horária da EJA, e, até mesmo modificações na modalidade de ensino, e, ainda no comportamento profissional dos docentes, demonstrando assim, que existe um certo descontentamento que conduz a evasão escolar.

6 CONCLUSÃO

A educação de jovens e adultos é aquela que possibilita ao educando ler, escrever e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos e as operações matemáticas básicas, além dos conhecimentos essenciais das ciências naturais e sociais e do acesso aos meios de produção cultural, entre os quais o lazer, a arte, a comunicação e o esporte. O conceito de EJA (Educação de Jovens e Adultos) amplia-se ao integrar processos educativos desenvolvidos em

múltiplas dimensões: a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania. A EJA ultrapassa o âmbito das ações que se desenvolvem na escola, acontecendo nos movimentos sociais, como, por exemplo, nos sindicatos, associações de bairro, conselhos de moradores, comunidades eclesiais de base, movimentos dos sem-terra e comissões interinstitucionais de saúde, entre outros. Esta educação permite a compreensão da vida moderna em seus diferentes aspectos e o posicionamento crítico do indivíduo face à sua realidade. Deve, ainda, propiciar o acesso ao conhecimento socialmente produzido que é patrimônio da humanidade.

Os recursos destinados à educação básica de jovens e adultos tiveram, durante muitos anos, um caráter de excepcionalidade, originários de incentivos da receita federal, pela indicação voluntária de porcentagem do imposto de renda das pessoas jurídicas e para a formação profissional nas empresas. Nota-se, mais recentemente, uma ausência de critérios públicos de alocação de recursos financeiros e um claro processo de redução dos seus montantes. A realidade da demanda potencial por EJA é tão grave que ultrapassa o próprio ensino regular. Ademais, repete-se neste tipo de educação, a seletividade e exclusão características desta modalidade de ensino. Toda esta demanda potencial nem sempre se efetiva com base nas condições sócio-econômicas atuais do país. A procura por escolarização varia muito entre as zonas rurais e urbanas, as regiões geográficas, as faixas etárias e o sexo, sendo afetada, também, pela estrutura setorial do emprego e a competitividade do mercado de trabalho local. A oferta terá de ser resolvida dentro do quadro educacional que a gera. Impossível se pensar em erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolarização da população, se o sistema educacional, como um todo orgânico, não responder com qualidade sua tarefa independente de idade. Os horizontes que devem nortear o tratamento desta demanda são os da construção da cidadania e, também, a rápida internacionalização da economia a nível mundial, a necessidade de se ter competitividade em todos os setores e a consequente qualificação da mão-de-obra para possibilitar este saldo qualitativo.

Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador, às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego, e que está submetido a circunstâncias de mobilidade no serviço, alternância de turnos de trabalho, cansaço etc. Deve-se levar em conta a diversidade destes grupos sociais: perfil sócio-econômico, étnico, de gênero, de localização espacial e de participação sócio-econômica. Sendo assim, requer pluralismo, tolerância e solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaços e na alocação de recursos. Esta população chega à escola com um saber próprio, elaborado a partir de suas relações sociais e dos seus

mecanismos de sobrevivência. O contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre o seu saber e o que a escola pode proporcionar, evitando, assim, o desinteresse, os conflitos e a expectativa de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão. A Educação de Jovens e Adultos não deve ser uma repositora da escolaridade perdida, como normalmente se configuram os cursos acelerados nos moldes do que tem sido o ensino supletivo. Deve, sim, construir uma identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular.

As escolas públicas é também um espaço de gestão democrática e, por isso, deve estabelecer mecanismos de participação do povo organizado na definição e controle da política educacional. Desse modo, as propostas educativas dirigidas aos jovens e adultos deverão contar com processos que descentalizem, impulsionem e organizem, de forma democrática, a gestão das ações pedagógicas, administrativas e político-sociais, garantindo a participação da população interessada no planejamento, execução e avaliação dos serviços educativos a ela destinados. Compartilhando a escola, a responsabilidade para com a EJA, terá ela de abrir-se à comunidade, aceitando a intervenção desta como uma possibilidade de renovação e elevação da qualidade de serviços educativos que presta, bem como terá de articular-se com programas desenvolvidos pelas entidades organizadas da sociedade civil, os projetos populares, os clubes de serviços e outros, para o intercâmbio de experiências e avanço mútuo. A democratização da gestão deve permitir, ainda, uma maior visibilidade e fiscalização dos recursos públicos empregados na educação básica de jovens e adultos. A EJA das camadas populares tem de, necessariamente, assumir como princípio ordenador, o mundo do trabalho. Nele, há que se considerar duas vertentes: a do questionamento das relações que engendram a sociedade e a da instrumentalização para exercer a atividade laboral. Tanto quanto possível, a educação básica de jovens e adultos deverá correlacionar essas duas vertentes ao mesmo tempo em que se desenvolve o domínio de um conhecimento crítico para questionar a realidade e transformá-la.

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que, na formação de professores, em nível médio e superior, não se tem observado preocupação com o campo específico da educação de jovens e adultos. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes. São elementos fundamentais tanto a profissionalização quanto a formação adequada dos professores de jovens e adultos. Não se obterá ensino de qualidade

sem um corpo docente qualitativamente preparado para o exercício de suas funções e, muito menos, com precária situação no que respeita à remuneração e condições de trabalho.

A formação continuada para professores, é necessário para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo, existe a importância da formação continuada para os docentes que atuam na EJA, não apenas em relação à aprendizagem de metodologias e recursos de ensino, mas também na importância de preparar os docentes para lidar com as dificuldades encontradas no exercício da profissão, preparando-os assim para lidar com a realidade de muitos jovens e adultos que ingressam na EJA, pois Ser professor, hoje, é ser um profissional competente, para levar o aluno a aprender, é participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é identificar as principais dificuldades enfrentadas por professores que lecionam na Educação de Jovens e Adultos em uma Instituição Escolar pública de Fortaleza, levando em consideração a sua experiência em sala de aula.

Sobre os motivos da incidência de evasão no EJA – Educação de Jovens e Adultos, na localidade pesquisa, pode ser atribuída ao fato de que o aluno adulto está na maioria das vezes, inserido no mundo do trabalho e este é o motivo pelo qual volta a estudar e pelo qual desiste pois não consegue conciliar escola e trabalho. Dizem que a EJA já não está mais tão flexível, exige horários, frequência, avaliações mais sistemáticas e isto exige uma dedicação que às vezes o aluno não consegue ter. Colocam também outros fatores como mudanças de turno de trabalho, doenças em familiares, problemas conjugais, dificuldades de aprendizagem, deficiências no transporte para deslocamento escolar, entre outros. Pudemos observar também que as aulas expositivas em excesso acabam desmotivando os estudantes, podendo ser fator de frustração e descontentamento. Desse modo, vale buscar constantemente, novas estratégias, novos caminhos para inovar o fazer pedagógico, chamando assim, os estudantes para a aprendizagem, motivando a sua permanência na escola e conseqüentemente a conclusão dos estudos formais.

As estratégias de ensino adotadas não atendem às necessidades dos alunos, elas podem acarretar a evasão escolar dos alunos demonstrando que aquele docente que não inova, que insiste em aulas expositivas ou usa inadequadamente outras metodologias (vídeos muito extensos, pesquisas sem contextualização, laboratório sem finalidade e outros) amplia o fator de frustração e descontentamento pelo processo de ensino e aprendizagem. Já, quando ocorre o contrário, quando professor consegue interagir conquistar o aluno, chamando-o para a aprendizagem, pode ser considerado um dos principais motivadores para sua permanência na

instituição de ensino. Por isso, é fundamental que professores se conscientizem da importância do seu papel quanto o enfrentamento da evasão escolar. Um outro problema da evasão escolar, é o sistema avaliativo no EJA. Avaliação faz parte do processo e o aluno está em constante recuperação e superação de conteúdos. Nesse caso, o aluno se preocupa mais com a carga horária do que com os resultados avaliativos em si.

A sugestão para enfrentamento da evasão no EJA, talvez possa ser maior flexibilização do cronograma de oferta das disciplinas visando à realidade da escola. Melhor materiais didáticos, que sejam elaborados especificamente para esta modalidade o que poderia facilitar o trabalho com os conteúdos e o autoestudo. Professores com formação específica para EJA que pudessem compreender melhor este alunado e a forma peculiar como aprendem. Fica evidente, com este estudo, que existe uma necessidade clara de se proporcionar ao aluno aulas mais prazerosas por meio de uma metodologia que viesse aumentar a autoconfiança, a motivação, o entendimento e o interesse do aluno pelos estudos, garantindo sua permanência e conclusão dos seus estudos formais. Também, uma sugestão para o problema de evasão do EJA noturno, é a modalidade EJA em Educação à Distância, ofertado na rede pública.

Mediante este trabalho pudemos constatar que resgatar e manter esses estudantes na instituição de ensino até que finalize seus estudos formais é nosso dever da escola, educadores, família, comunidade. Que o aluno possa propiciando-lhes tratamento didático-pedagógico e materiais didáticos que atendam a todos, pois os mesmos, precisam de atenção pedagógica e metodológica diferenciada para que se sintam motivados a estudar. E permanecer na escola. Os estudantes, por sua vez, esperam do professor aulas agradáveis e interessantes, principalmente os estudantes de EJA que possuem uma rotina pesada com o trabalho, cuidados com a família, com a casa e outros mais. Constata-se que a EJA não tem recebido atenção adequada. A falta de uma política clara tem provocado a implantação de serviços de maneira precária e pedagogicamente inconsciente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromisso**. São Paulo: Cortez, 2000.

AQUINO, Júlio Groppa. **O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão**. São Paulo: Summus, 2016.

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- ALVES, José Edil de Lima. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos das séries iniciais**. Canoas: ULBRA, 2010.
- ALVES; Magda. **Como escrever teses**. Rio de Janeiro: Elsever 2013.
- ARROYO, Miguel. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2011.
- AZANHA, José Mário Pires. **Educação: alguns escritos**. São Paulo: Nacional, 2015.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2015.
- BEILLEROT, Jacky. **A sociedade pedagógica**. Porto Alegre: Editora Paes, 1995.
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação: o município e a escola**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRANDÃO, Zaia. **Evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 2013.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Pareceres, Resoluções e PCNs**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988. Disponível <http://www.mec.gov.br>(Acesso em 16/07/07).
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Resolução CNS 196/96 de 10 de Outubro 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Estabelece Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9.394. Brasília: Gráfica do Senado. 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.
- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/abr./1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Legislação do Ensino Supletivo**. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA**. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.
- CARVALHO, J. **O processo de formação continuada de professores**. Brasília: MEC, 2002.

COELHO, Ildeu Moreira. **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da universidade**. Vol. 1. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

CRUZ, Erica. **Evasão na educação de jovens e adultos**. In: Revista Científica Interdisciplinar, ISSN: 2358-8411, v. 2, n. 3, p. 16-21, jul./set. 2015.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa – Aportes metodológicos**. Papirus, Campinas, 2001.

DOXSEY J. R. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB, 2013.

EIKE, Andrea. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos das séries iniciais**. Canoas: ULBRA, 2010.

FARIA, Wendell Fiori de. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Person Education do Brasil, 2015.

FERREIRA, Naura. **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências e novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

FONSECA, M. A. **Gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: Um salto para o futuro**. Campinas: Papirus, 2003.

FRANCO, P. C. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudanças**. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIEDRICH, Márcia. **Trajetória da Escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A experiência do Trabalho e a Educação Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva. Coleção educação contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, M; ROMÃOJ. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2015.

GARCIA, W. E. **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. Coleção educação contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2014.

GEDRAT, Dóris Cristina. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos das séries iniciais.** Canoas: ULBRA, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas. 2002. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 4ª Ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2006.

JARDILINO, José Rubens Lima. ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas.** São Paulo: Cortez, 2014.

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO LEI nº . 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV, Mec, Brasília, 1974. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 10/05/2018.

LEAL, Telma Ferras. **Desafios da educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEITE, Elzane Abreu Costa. **Coordenador pedagógico fio condutor da educação.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com.br>> Acesso: 15 de março de 2018.

LIMA, Elma. **Supervisão Pedagógica – princípios e práticas.** Campinas: Papyrus, 2001.

PINTO, Umberto de Andrade Pinto. **Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Maria Lúcia. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos das séries iniciais.** Canoas: ULBRA, 2010.

MIARALET, Gaston. **As ciências da educação.** Lisboa: Moraes, 1991.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2015.

MIRANDA, Alair dos Anjos. **Educação de Jovens e Adultos.** Manaus: EDUA, 2012.

MOTTA, S. F. **Educação de jovens e adultos: evasão, regresso e perspectivas futuras.** Ribeirão Preto: CUML, 2017.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA.** Educar. Editora UFPR. Curitiba: n.29, p. 83-100, 2017.

OLIVEIRA, P. C. S. **Evasão Escolar de Alunos Trabalhadores na EJA.** Minas Gerais: UMG, 2009.

RIBEIRO, V. M. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2011.

ROMAIS, Astomiro. **Fundamentos Metodológicos**. Canoas: ULBRA, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, Simone Cunha. **História da EJA no Brasil**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/jovem/legiseja.shtm>. Acesso: 10/05/2018.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. Políticas Públicas e EJA**. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SOARES, Leôncio; Giovanetti, Maria Amélia. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2015.